

VÍCTOR DALTOÉ DOS ANJOS

**A GEOGRAFIA POLÍTICA DO IMPERIALISMO CAPITALISTA E A
MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Geografia na
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos José Espíndola

Florianópolis

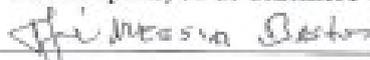
2017

VÍCTOR DALTOÉ DOS ANJOS

A GEOGRAFIA POLÍTICA DO IMPERIALISMO CAPITALISTA E A
MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Geografia e aprovado em sua forma final pelo Programa de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 01 de dezembro de 2017.



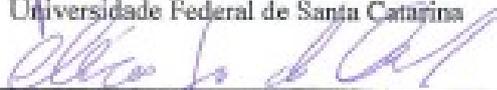
Prof. Dr. José Messias Bastos

Coordenador do Curso de Geografia

Banca Examinadora:



Prof. e Orientador Dr. Carlos José Espíndola
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Clécio de Azevedo Silva
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Alóysio Marthins de Araújo Júnior
Universidade Federal de Santa Catarina

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Anjos, Víctor Daltoé dos
A geografia política do imperialismo capitalista e a
militarização do espaço / Víctor Daltoé dos Anjos;
orientador, Carlos José Espíndola, 2017.
91 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Geografia Política / Geopolítica. 3.
Imperialismo. 4. Rosa Luxemburgo. 5. Militarização do
Espaço. I. José Espíndola, Carlos. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em Geografia. III. Título.

Aos meus avós, que me ensinaram a enxergar cores vivas nas fotos em preto e branco.

E aos meus pais, amores e amigos.

AGRADECIMENTOS

Dedicar-se a escrever um trabalho de conclusão de curso faz pensar que a escrita, seja na rigidez, aridez e frieza dos moldes acadêmicos ou em outros espaços onde possamos abrir brecha para a criatividade, pareceu-me um desafiador trabalho artesanal. Artesanal no sentido de dedicação sincera, minuciosa ao longo de largo tempo de ocupação e preocupação, algo que se tornará logo impossível em uma era de aceleração da vida e da precarização do cotidiano de trabalhadores e estudantes no capitalismo contemporâneo.

Ser filho de uma dedicada professora me trouxe cedo os incentivos à busca – demorada, cheia de curvas, abismos e subidas – pelo real conhecimento do mundo, assim como as conversas com meu pai, que, desde cedo, me trouxeram a necessidade de reflexão que uma aula exige. Um avô caminhoneiro, e um tanto exageradamente exigente, e outro avô agricultor, e mais circunspecto pela lide agrícola, me fizeram sempre ter em mente que tanto as estradas, com as suas desventuras sem fim, quanto o tempo do campo, com a sua sucessão de tempestades e calmarias, exigem perseverança e espera. E ainda, ser neto de duas costureiras de mão cheia me trouxe a – recompensadora, mas cheia de responsabilidade – busca pela paciência, delicadeza e atenção aos mínimos detalhes na hora de tecer os frágeis fios da vida.

Dedico este trabalho também a todos os inúmeros amigos e amigas, de coração. Todos eles, seja os que praticamente misturaram durante anos as felicidades e tristezas dos seus dias com os meus dias, ou os que cruzaram o seu caminho mais rapidamente ou recentemente com o meu, deixaram suas marcas profundas de amor e afeto, que, com certeza, estão presentes em cada palavra aqui impressa.

“Por todo o lado o cortejo arrasador desta guerra mundial nada deixa atrás de si, em vastas extensões de terra e mar, senão escombros. Escombros de cidades e aldeias, escombros de fortificações, escombros de canhões e fuzis despedaçados, escombros de gigantescos navios de guerra e de pequenos torpedeiros. E, de permeio, escombros de felicidade humana aniquilada. Pilhas de corpos humanos dilacerados, misturados com horrendos cadáveres de cavalos, cães, de gado em decomposição, morto de fome ou carbonizado. Guerras estendem-se como um fio vermelho por todos os milênios da antiga história da sociedade de classes. Enquanto houver propriedade privada, exploração, riqueza e pobreza, as guerras são inevitáveis e cada uma espalha à sua volta morte e pestilência, extermínio e miséria. Contudo, a atual guerra mundial supera todas as que existiram até agora em dimensão, furor e profundidade de suas consequências. Nunca tantos povos, países e continentes foram abrangidos de uma só vez pelas chamas da guerra, nunca tão poderosos meios técnicos foram postos a serviço do extermínio, nunca tão ricos tesouros de civilização material foram vítimas da tempestade infernal. O capitalismo moderno uiva sua satânica canção de triunfo: somente ele pode em poucas décadas acumular riquezas brilhantes e obras de civilização fulgurantes para, em poucos meses, com os meios

mais refinados, transformá-las num campo de escombros. Somente ele conseguiu fazer do homem príncipe das terras, dos mares e dos ares, um ridículo semideus senhor de todos os elementos, para então deixá-lo morrer miseravelmente, como mendigo, num tormento que ele mesmo criou, sob os escombros de sua própria magnificência. [...]”

Escombros¹, 1916.

¹LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume II, 1914 – 1919.** [1916 – 1919] Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. – São Paulo : Editora Unesp, 2011, p. 1 – 2.

SUMÁRIO

Resumo.....	11
Introdução.....	13
CAPÍTULO 1: A GEOGRAFIA POLÍTICA E A GEOPOLÍTICA: ENTRE A CIÊNCIA E A IDEOLOGIA.....	16
1.1. Os geógrafos clássicos e o surgimento da geografia como ciência.....	19
1.2. Friedrich Ratzel e o alvorecer germânico da geografia política.....	22
1.3. Camille Vallaux: a geografia política da escola francesa.....	26
1.4. A Geopolítica como ideologia geográfica.....	28
1.4.1. A.T. Mahan: a geopolítica dos mares.....	30
1.4.2. Halford Mackinder: a geopolítica do <i>heartland</i>	33
1.4.3. Karl Haushofer: a geografia do fascismo.....	35
1.4.4. Nicholas Spykman e o poder americano.....	37
CAPÍTULO 2: O CONCEITO DE IMPERIALISMO: APROXIMAÇÕES.....	40
2.1. A Europa na era do imperialismo clássico.....	42
2.2. Alguns comentários sobre as contribuições da teoria clássica do Imperialismo de Rosa Luxemburgo.....	47
2.3. O Imperialismo em <i>A Acumulação do capital</i> : expressão política do capitalismo.....	53

2.4. O Imperialismo em <i>A Acumulação do capital</i> : método histórico e fase final do capitalismo.....	55
CAPÍTULO 3: DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE O IMPERIALISMO.....	60
3.1. Ellen Wood e o Império do Capital.....	61
3.2. David Harvey e o novo imperialismo.....	64
3.3. José Luís Fiori e o poder global.....	67
CAPÍTULO 4: O IMPERIALISMO VELHO DE GUERRA: MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO E RECOLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNDIAL.....	70
4.1. <i>Urbicídio</i> : o novo urbanismo militar e a militarização do espaço.....	71
4.2. A recolonização do mundo: guerra dos lugares.....	78
4.3. A militarização do ciberespaço: o novo <i>front</i> das batalhas digitais.....	81
CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

RESUMO

No presente trabalho, buscamos debater a validade das teorias do imperialismo clássico, notadamente de Rosa Luxemburgo e Lenin, para a compreensão e explicação dos temas relativos à Geografia Política e à militarização do espaço. Discutimos os conceitos principais do pensamento geográfico-político clássico, como Ratzel e Vallaux, e geopolítico clássico, como Mackinder, Mahan e Haushofer, considerando a sua origem no contexto histórico da *fase superior* do capitalismo, o imperialismo. Em um segundo momento, discutimos o contexto europeu no qual o debate sobre o imperialismo estava imerso, focando nos pensamentos de Lenin e de Rosa Luxemburgo. Entendemos que a obra de Rosa Luxemburgo trouxe mais contribuições do que em geral são reconhecidas para a compreensão da natureza do imperialismo capitalista, seja na ideia da sua necessidade de expansão sobre áreas não capitalistas ou pré-capitalistas, ou na sua concepção de que o militarismo se tornou algo intrínseco à forma como o modo de produção sobredito funciona. Esta última ideia nos levou ao tema da crescente militarização do espaço no mundo capitalista, entendendo que isso inclui não apenas os armamentos com cada vez maior conteúdo tecnológico, mas também o aparato crescente de vigilância e monitoramento no cotidiano dos indivíduos de todo o mundo.

Palavras-chave: Geografia Política; Imperialismo; Rosa Luxemburgo; Militarização do espaço.

ABSTRACT

In the present work, we tried to defend the value of the imperialism classical theories, notably of Rosa Luxemburg and Lenin, for the explanation and understanding of the themes related to Political Geography and to space militarization. We discussed the main concepts of the classical Political Geography thought, such as Ratzel and Vallaux, and classical Geopolitics, such as Mahan, Mackinder e Haushofer, considering their origin in the historical context of the *highest stage* of capitalismo, the Imperialism. In a second moment, we discussed the european context in which the debate on imperialism was immersed, focusing on the thoughts of Rosa Luxemburg and Lenin. We understand that Rosa Luxemburg's work has brought more contributions than is generally recognized for the understanding of the nature of capitalist imperialism, either in the idea of its need for expansion over non-capitalist or pre-capitalist areas, or in its conception that militarism has become intrinsic to the way the above-mentioned mode of production works. This last idea has led us to the theme of the growing militarization of space in the capitalist world, understanding that this includes not only the armaments with increasing technological content, but also the growing apparatus of surveillance and monitoring in the daily life of individuals around the world.

Palavras-chave: Political Geography, Imperialism, Rosa Luxemburg, Militarization of Space

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como núcleo de sua pesquisa o tema da natureza do imperialismo capitalista e de sua relação com a Geografia Política e o processo de militarização do espaço. O tema do imperialismo esteve geralmente muito atrelado aos estudos de Geografia Política, dada a centralidade da relação – sempre conflituosa ou em latente belicismo – entre os Estados capitalistas na constituição do que se convencionou chamar de *imperialismo* – seja na sua vertente clássica ou nos estudos do *assim chamado* novo imperialismo – e da vertente bastarda da Geopolítica.

A princípio, a pergunta que nos fazíamos era a seguinte: a teoria marxista clássica do imperialismo capitalista, com expoentes como Rosa Luxemburgo e Lênin, havia mesmo caducado em nome das teorias do novo imperialismo? Mediante a investigação feita a partir da bibliografia acessada, pudemos observar que alguns notaram o quanto as teorias clássicas guardam potencial explicativo de vulto ainda acerca dessa *fase superior do capitalismo*, mais até do que o *novo imperialismo* de David Harvey e de Ellen Wood ou o *poder global* de José Luís Fiori. Entretanto, com isso, fomos lançados nas controvérsias que existem dentro dos próprios clássicos quanto à natureza específica que qualifica esse novo *estágio*: qual seria a especificidade do imperialismo como *fase* do capitalismo segundo os clássicos?

Por meio da consulta e leitura de algumas obras de Rosa Luxemburgo², pudemos encontrar a pista de que, dentre todos os atributos característicos do imperialismo – os quais depois seriam elencados no famoso livro de Lênin³ – como a monopolização do

² LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo**. [1913] 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 516p. LUXEMBURG, Rosa. **A questão nacional e a autonomia**. [1909] Tradução: Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1988; e LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?**. [1899] Tradução de Lívio Xavier. – 3.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

³ LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. [1916] --- 1ªed. – São Paulo : Expressão Popular, 2012.

capital, seu manejo estrito pelo sistema financeiro, sua relação “carnal” com os Estados e a partilha territorial do mundo em áreas de influência, outro fator **ocupava papel** central. O *militarismo* teria se endogenizado no interior do capitalismo, como campo privilegiado e indispensável para a acumulação do capital, permitindo a expansão por áreas não-capitalistas, enquanto aumentava o nível de exploração nas áreas já tomadas violentamente pelas relações e forças produtivas capitalistas de produção da vida, como evidencia Rosa.

Foi mediante isso que chegamos ao debate final de nosso trabalho acerca da crescente militarização do espaço geográfico durante **a última fase** do capitalismo, o que nos levou à questão: como se dá a militarização do espaço geográfico hoje? Entendemos que as técnicas que permitem essa militarização – que inclui não apenas a violência em si, mas a sua latência e constante ameaça **por meio** de mecanismos de vigilância, rastreamento e seleção automática de indivíduos – são elementos constituintes do território, o qual é animado pela vida social, crescentemente violada pela ubiquidade de uma razão instrumental⁴ imposta aos lugares. Esse sopro vital e o território ao qual está intrincado forma um espaço geográfico altamente militarizado.

Desse modo, **no** primeiro capítulo, procuramos assinalar e pôr relevo **o** quanto os estudos de Geografia Política e de Geopolítica, **esta** entendida como uma ideologia e a primeira como uma das vertentes da ciência geográfica, vieram à luz com maior vigor quando da passagem do capitalismo para a sua *fase/estágio superior*, o imperialismo. Seja nos estudos geográfico-políticos alemães, franceses, ingleses ou estadunidenses, procuramos evidenciar que essa marca foi sempre indelével.

⁴ SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. [1996] – 4. ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 296.

No segundo capítulo, mergulhamos no debate acerca da natureza do imperialismo segundo os autores clássicos, direcionando o foco ao pensamento de Rosa Luxemburgo, mas também de Lênin. É nesse momento que chegamos à discussão de que a militarização da vida se tornou um elemento intrínseco ao funcionamento do modo de produção capitalista, como destacado por Rosa Luxemburgo, da qual também utilizamos a ideia da necessidade constante do capitalismo de se expandir por zonas não capitalistas.

No terceiro capítulo abordamos três autores que questionam a validade das teorias clássicas do imperialismo na explicação do funcionamento e expansão do capitalismo na atualidade. São eles Ellen Wood, José Luís Fiori e David Harvey, sendo que o último questiona inclusive se as sobreditas teorias clássicas teriam potencial explicativo na época em que foram escritas. Tratamos de cotejar seus argumentos com os anteriormente discutidos escritos de Rosa Luxemburgo e Lenin.

Chegamos ao quarto capítulo expondo, com auxílio de Stephen Graham, as novas estratégias e técnicas militares, formuladas basicamente pelos Estados Unidos e por Israel, seja mediante o Estado ou empresas privadas de segurança, para a coerção, monitoramento e vigilância da vida humana. O autor destaca o quanto a aplicação de equipamentos bélicos de alta tecnologia tem sido implantada não apenas nas periferias das grandes cidades do “Sul Global”, mormente as que passaram por intervenções militares dos Estados Unidos, mas também dentro das fronteiras estatais de seus próprios países, num efeito bumerangue distópico.

CAPÍTULO 1. A GEOGRAFIA POLÍTICA E A GEOPOLÍTICA: ENTRE A CIÊNCIA E A IDEOLOGIA

Diante da “marcha triunfante do capital”⁵ na segunda metade do século XIX, Milton Santos (1978) afirmou que os geógrafos cindiram-se frente ao imperialismo: de um lado os que pensavam a organização espacial que visasse a felicidade e a igualdade entre os homens, de outro os que “preconizaram claramente o colonialismo e o império do capital”⁶.

Milton percebe, já de início, que a “utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada”⁷, e que inúmeros geógrafos se envolveram nessa tarefa de legitimação do capitalismo em todos os países colonizadores, seja Mackinder (1861 – 1945) na Inglaterra ou Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918) na França. O referido autor ressalta o quanto era necessário ao capitalismo engendrar uma ideologia que se adequasse às suas necessidades de sua expansão, a qual tinha como vetor a exportação de capitais e a urgência em abafar as crises sociais, seja nos países que o autor qualifica como centrais ou nos periféricos. O viés ideológico dessa geografia é denunciado na seguinte passagem:

Nascida tardiamente como ciência oficial, a geografia teve dificuldades para se desligar, desde o berço, dos grandes interesses. Estes acabaram carregando-a consigo. Uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. A justificativa da obra colonial foi um outro aspecto do mesmo programa.⁸

⁵ SANTOS, Milton, **Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. [1978] – 6. Ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 30.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid., p. 31.

⁸ Ibid.

Deste modo, para evidenciar melhor essa utilização da geografia como *instrumento de conquista* colonial e seu *viés ideológico*, é preciso discutir sobre o conceito de ideologia e como veio sendo tratado na geografia especificamente. Discorrendo sobre a imprecisão conceitual desse conceito e as possíveis contribuições da geografia para esse debate, Antônio Carlos Robert Moraes (2005) ressalta, a título de introdução, que o significado de ideologia cristalizado na academia foi o de um “discurso com explícita e nítida orientação política”⁹.

Entretanto, o autor destaca que sua imprecisão conceitual é inegável, e brota inclusive no seio do marxismo, o qual, segundo o sobredito autor, se dividiria em duas principais vertentes quanto ao seu entendimento: uma em que por ideologia é entendido o que é veículo para que os interesses das classes dominantes sejam compreendidos como universais, mascarando ou escondendo a dominação de classe e do Estado de classes; e outra em que é posta como uma “visão de mundo”, na qual, segundo Moraes, “a ideologia passa a ser vista como força histórica, uma ‘dimensão política’ inscrita na práxis”¹⁰. Na primeira, o pensamento crítico teria a função de “desmistificação” – o que o autor acusa de um certo traço “elitista” –, e, na segunda, de rastrear a eficácia política dos discursos ideológicos enquanto ancorados na práxis.

Moraes joga água no moinho da segunda concepção, observando que essa torna possível equacionar a problemática das ideologias no seio das relações entre cultura e política, tratando a ideologia como “valor simbólico produzido e consumido socialmente, enquanto combustível intelectual que impulsiona a prática social”. Voltamos aqui ao ponto discutido por Milton Santos anteriormente, do quanto as raízes

⁹MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. [1988] – São Paulo: Annablume, 2005, p. 38.

¹⁰ Ibid., p. 40.

da geografia política e boa parte do arsenal da geopolítica serviram como combustível que impulsionou o imperialismo capitalista.

Deste modo, Moraes (2005) ressalta o quanto a representação do espaço – como uma “pré-ideação”, como ideias geográficas – e a produção do espaço são mediadas historicamente por uma série de ideologias, enaltecendo, assim, as vinculações entre a forma como o espaço é representado e a prática política. Entretanto, Moraes critica o risco de que esse debate caia na armadilha do alto grau de abstração de discutir apenas a relação entre a Geografia e ideologia *em geral*, não almejando uma reflexão política que encare o contexto daquela ideologia – no caso do presente trabalho, a geopolítica – na sua dimensão nacional e conjuntural¹¹. Moraes afirma “a necessidade de se buscar apreender a relação Geografia-ideologia em quadros histórico-concretos, e estando de posse de um instrumental teórico previamente ordenado” para apreender as chamadas ideologias geográficas, ou seja, para demarcar um campo no universo das ideologias que seja “geográfico”. Moraes afirma que “[e]ste campo manifesta no plano das ideias a relação sociedade-espaço e constitui a via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política” e que recobriria, em geral, três modalidades de discursos:

“- O discurso que veicula uma visão do espaço, território, do lugar, etc. Aqui os temas como o do “caráter” de uma dada área, ou o da “aptidão” de certas porções do planeta, ou ainda o do “destino” de determinados lugares, aparecem como bem ilustrativos.

- O discurso que tenta colocar as questões sociais como qualidades do espaço. As teses do determinismo geográfico podem ser apresentadas aqui como uma grande exemplificação.

- O discurso diretamente normativo a respeito do espaço, em variadas escalas. Os planos e projetos que visam ordená-lo, destruí-lo, reconstruí-lo, etc., servem como exemplo”.¹²

¹¹ Ibid., p. 42.

¹² Ibid., p. 44 – 45.

Essas três modalidades de discurso podem ser observadas nos autores considerados clássicos nos estudos de geografia política, e/ou de geopolítica especificamente. Entretanto, antes de discorrer sobre eles, é importante abordar rapidamente sobre o surgimento da Geografia Clássica antes do nascimento da Geografia Política especificamente.

1.1. Os geógrafos clássicos e o surgimento da Geografia como ciência

O nascimento da geografia como ciência se localiza temporalmente no século XVIII, fazendo parte e se alimentando da irradiação das ideias iluministas ao longo da Europa Ocidental, as quais tiveram como foco difusor a França. Entretanto, o contexto “geográfico” de seu surgimento é o dos Estados Alemães, ainda não unificados durante esse século, tendo parte de sua intelectualidade influenciada pelas ideias provindas do outro lado do Reno¹³.

Sobre o contexto histórico-concreto dos Estados alemães entre os séculos XVIII e XIX, Isabel Loureiro afirma:

Começamos com um lugar-comum que tem livre circulação desde o século XVIII e que em seguida é retomado por Marx e por um número considerável de estudiosos da história da Alemanha: o tema do atraso econômico, político e intelectual do país em comparação com a Inglaterra e outras nações da Europa continental que tinham feito a revolução burguesa. A servidão predominava, a ponto de alguns príncipes ainda venderem seus súditos a países estrangeiros como soldados mercenários; uma censura severa reprimia qualquer sinal de resistência. A burguesia alemã, dispersa em cerca de trezentos territórios com interesses divergentes, não tinha força para unificar em torno de seu programa as outras camadas sociais que se opunham, a uma nobreza arrogante, detentora de privilégios grotescos já

¹³ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. [1981] – 21ªed. – São Paulo : Annablume, 2007, p. 60 – 61.

eliminados nas nações do outro lado do Reno pelas revoluções burguesas. A nobreza reinava sem oposição¹⁴.

Segundo o historiador marxista britânico Perry Anderson (1974), dentre as diversas unidades políticas – todas ainda vinculadas às relações feudais de produção – que compunham no século XVIII o que hoje se conhece por Alemanha, a Prússia tornou-se a mais centralizada e militarizada já no século XVII, configurando-se como um Estado absolutista e obscurecendo os outros dois únicos possíveis concorrentes dentre os Estados alemães, a Saxônia e a Baviera¹⁵, além do próprio Império Austríaco.

Os dois grandes autores conhecidos como os “pais” da geografia clássica, Alexander von Humboldt (1769 – 1859) e Karl Ritter (1779 – 1859) viveram e pensaram o mundo enraizados nesse quadro histórico-concreto¹⁶.

Segundo Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira:

É por isso que a geografia moderna ao nascer já surge comprometida com uma classe – a aristocracia prussiana, se bem que ainda fortemente marcada pelo Iluminismo, pelo romantismo e pelo idealismo que caracterizam a filosofia alemã. Talvez não haja entre os povos da Europa um que idealmente se proponha com tanta ênfase uma tarefa universal. Tanto o idealismo como o romantismo são sempre marcados pela ideia de que é o povo alemão que cabe realizar a civilização da razão, de tal forma que a Alemanha encarne a própria razão¹⁷.

A geografia nasce, assim, com a ambiguidade de ser vocalizada por autores que bebiam das ideias “modernas”, nascidas do iluminismo francês, ao mesmo tempo em

¹⁴LOUREIRO, Isabel Maria. **A Revolução Alemã (1918 – 1923)**. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 21.

¹⁵ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. [1974] Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

¹⁶Humboldt, por exemplo, era um aristocrata criado no Castelo de Tegel, nas cercanias de Berlim, de família pertencente à corte prussiana, chegou a ser conselheiro do Rei da Prússia, e irmão de Wilhelm von Humboldt, um dos fundadores da Universidade de Berlim, em 1806. Karl Ritter foi tutor de uma família de banqueiros. MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. – 21ªed. – São Paulo : Annablume, 2007, p. 61.

¹⁷PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. [1999] 4.ed.rev. – Florianópolis : Ed. da UFSC, 2009, p. 114.

que viviam sob a égide de um absolutismo prussiano que buscava incorporar elementos da “modernidade” francesa e passava a sofrer as pressões modo de produção capitalista para conseguir subsistir como uma potência no xadrez europeu ainda comandada pela tradicional e reacionária aristocracia *junker*¹⁸. Um exemplo do caráter ainda parcial dessa modernização das ideias alemãs é o comprometimento da geografia de Ritter com uma predestinação das feições dos lugares a qual estivesse relacionada a uma harmonia de procedência divina.

É a obra de Ritter e de Humboldt que vai compor o esteio da Geografia Tradicional, segundo Moraes¹⁹. O autor afirma que, mesmo que a geografia de Ritter seja “regional e antropocêntrica” e a de Humboldt busque “abarcar todo o globo sem privilegiar o homem”²⁰, os pontos coincidentes entre ambos permitiam a costura de uma linha de continuidade no pensamento geográfico, que serviu de legado aos geógrafos posteriores. Raquel Pereira afirma que há, tanto no pensamento de Humboldt quanto no de Ritter “uma visão de totalidade” que seria rompida posteriormente com o positivismo²¹. A autora também afirma que “[a] obra de Humboldt é rica em referências e interpretações originais em diversos campos do saber”, inclusive tendo esse autor escrito uma obra apontada por alguns como “a primeira verdadeiramente geográfica no sentido moderno”: *Ensaio Político sobre o Reino da Nova Espanha*, em que o autor

¹⁸PEREIRA também evidencia o quanto o Estado prussiano utilizou, já ao longo da primeira metade do século XIX, do conhecimento geográfico como ferramenta de seu precoce sistema de ensino, em busca de incutir nos jovens o conhecimento sobre um território a ser considerado como naturalmente pertencente ao Estado prussiano e a um futuro Estado alemão liderado pela aristocracia prussiana. Entretanto, MORAES evidencia os poucos teóricos seguidores deixados como herdeiros diretos dos pensamentos de Ritter e Humboldt durante o fim de suas vidas e no período imediato após a morte de ambos, que ocorreu em 1859.

¹⁹ MORAES, *ibid.*, p. 63.

²⁰ *Ibid.*, p. 64.

²¹ PEREIRA, *ibid.*, p. 117.

“utiliza-se da estatística para realizar uma análise ampla sobre a economia e a sociedade das possessões espanholas”²².

É com o próximo grande teórico da geografia alemã, Friedrich Ratzel (1844 – 1904) que essa ciência irá novamente ser discutida nas suas categorias de compreensão da realidade, tendo a geografia política, especificamente, uma importância ímpar no caso desse autor.

1.2. Friedrich Ratzel e o alvorecer germânico da Geografia

Política

“[P]ois é sabido que sempre eles, os alemães, não pregaram outra coisa à massa dos seus patrícios nas suas escolas, nas suas igrejas e nos seus quartéis e, de tal forma o fizeram e imbuíram os seus dóceis ouvintes de tais teorias, que foi preciso o mundo inteiro levantar-se e guerrear até à morte o Império Alemão, para aniquilar de vez uma tão perigosa quadrilha de fanáticos que ameaçava a liberdade de cada povo e de cada país”.

Lima Barreto. *Não valia a pena*. 21/12/1918²³

Wanderley Messias da Costa²⁴ tratou de alguns aspectos essenciais da geografia ratzeliana, tanto das determinantes que lhe possibilitaram o seu desenvolvimento, mas ao mesmo tempo lhe impuseram limites ao raciocínio.

A primeira determinante era o contexto histórico-geográfico em que viveu Friedrich Ratzel, nascido em 1844 na Renânia, durante o início de sua vida e o seu

²² PEREIRA, *ibid.*, p. 118.

²³ BARRETO, Lima. **A crônica militante: seleção**. – 1ª Ed. São Paulo : Expressão Popular, 2016, p. 70 – 71.

²⁴COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. [1992] – 2 ed. 2 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

ingresso na carreira acadêmica, que era o da “unificação mal-concluída” da Alemanha. Esse processo se realizou neste século sob a liderança do reino absolutista da Prússia, em um movimento histórico de busca de unificação dos Estados alemães pleno de resquícios e fragmentos da ordem feudal e absolutista. Logo, na intelectualidade alemã, esse processo se refletia numa reação ao universalismo abstrato da jurisprudência da França pós-revolucionária, e a busca de um universalismo alternativo, que fosse peculiar a cada povo. Deste modo, é utilizado um conceito caro à geografia política ratzeliana, que seria o *Volkgeist* – o Espírito do Povo, de matriz herderiana²⁵ –, uma entidade metafísica que se manifestaria numa língua, em costumes e num território em comum para um povo específico.

A historiadora Isabel Loureiro afirma que a burguesia alemã se uniu em torno do projeto bismarckiano a partir de 1848, sendo este inerentemente anti-liberal, militarista e reacionário, para que Bismarck realizasse “a unidade tornada indispensável pelo desenvolvimento das forças produtivas”²⁶. Deste modo, nas décadas seguintes, a Alemanha (notadamente a Prússia) passou por um processo de intenso desenvolvimento econômico capitalista, o que lançou as bases da possibilidade de uma unificação nacional, a qual, segundo Loureiro, favoreceria o desenvolvimento econômico. Entretanto, a autora adverte “que agora, em vez de ser fruto de um movimento liberal e democrático, a unificação é feita pelo alto, pela diplomacia e pela guerra” e comandada militarmente por Bismarck, tendo como esteio as elites conservadoras da Prússia (nobreza, burocracia e militares). Deste modo, esse compromisso entre a burguesia alemã e a nobreza agrária prussiana faz com que se lance uma política externa

²⁶LOUREIRO, Isabel Maria. **A Revolução Alemã (1918 – 1923)**. São Paulo : Editora UNESP, 2005, p. 23.

claramente belicista, tanto na defesa das fronteiras nacionais quanto nas exigências de anexação de territórios de países vizinhos²⁷.

Imerso nesse contexto, Ratzel defende que o território servia de substrato à existência de um povo e é a base sobre a qual se erige um Estado, tratado como um organismo em íntima conexão com seu *Boden* (solo). O Estado representaria, assim, uma fração da humanidade e uma superfície terrestre. Entretanto, Ratzel não relaciona de maneira “determinista” o território e o Estado, pois, segundo ele, o “sucesso” ou “fracasso” de um Estado estaria na sua capacidade de efetivar os laços de coesão e unidade de seu povo mediante o território. O Estado seria, assim, um “agente articulador entre o povo e o solo”. Deste modo, defende que se deveria evitar dissensões no interior dos territórios ou da sociedade em si, sob pena de o Estado sofrer alguma perda territorial, fazendo com que o estabelecimento de uma rede de circulação no interior do território pudesse servir como costura de uma rede de “liames espirituais” dentro de um povo. Sua concepção simplificada e conservadora de Estado, como algo que paira acima da sociedade, condiz com o que se costumou observar na geografia política ao longo de sua evolução²⁸, além do fato de que as ideias acima expostas tratam de um tema eminentemente social, a existência de um Estado, como um aspecto relacionado mais diretamente ao espaço, sendo este um dos aspectos das *ideologias geográficas* que Moraes compilou e foi exposto no subcapítulo anterior.

Isabel Loureiro enfatiza o quanto a hegemonia prussiana no processo de unificação e de desenvolvimento capitalista pós-unificação teve consequências profundas no plano cultural, dado que se forjou um ambiente “dominado pela tradição de comando e obediência – e pela glorificação da força”. Deste modo, o exército era um “organismo privilegiado” – segundo Moraes, Ratzel foi oficial na Guerra Franco-

²⁷ Ibid., p. 24.

²⁸ COSTA, *ibid.*, p. 36.

Prussiana –, algo condizente com o “espírito aristocrático e conservador do império”, e a população era incentivada a seguir servilmente as ordens vindas agressivamente de cima com disciplina e sem questionamento²⁹. Como se não bastasse, o patriarcalismo vicejava na sociedade alemã dessa época, o que condiz com o argumento ratzeliano de que a menor célula da organização social com a qual o Estado deveria lidar era a família, e não o indivíduo em si³⁰.

Num segundo momento de sua obra, Ratzel vai tomar uma postura cada vez mais explicitamente imperialista. Isso acontece por conta do tratamento do conceito de espaço vital (*Lebensraum*), admitindo uma influência malthusiana em que o aumento da população necessariamente exige um espaço de maiores dimensões para a sua sobrevivência. Costa³¹ enfatiza que Ratzel admitia que “o que importa nas políticas territoriais dos Estados é formular e pôr em prática estratégias destinadas a manter a todo custo o que chama de ‘coesão interna’” e encetar um projeto de colonização dos espaços conquistados. Entretanto, também afirma que os trabalhos do geógrafo alemão sobre o “pangermanismo europeu”, o problema colonial alemão na África e a expansão dos Estados Unidos da América do Norte para o oeste reforçavam a ideia de que para Ratzel “o desenvolvimento dos povos, particularmente dos alemães, passa necessariamente pelo alargamento do horizonte geográfico”. Isso foi um dos aspectos que permitiu a apropriação das ideias do autor pelos geopolíticos ligados ao fascismo germânico, como o sueco Kjéllen e o alemão Haushofer.

²⁹ LOUREIRO, ibidem, p. 25 - 26. “[...] pelo código civil, as mulheres e os filhos eram subordinados ao marido. Com muita luta – o movimento feminista organizado data do fim do século XIX –, as mulheres conseguiram, desde o começo do século XX, ter acesso ao ensino superior científico e ao mercado de trabalho, embora recebessem salários 30% a 40% inferiores aos dos homens. [...]”.

³⁰ COSTA, ibid., p. 37.

³¹ COSTA, Ibid., p. 43.

1.3. Camille Vallaux e a Geografia Política na Escola Francesa

A obra de Camille Vallaux, que deve ser incluído na tradição da geografia francesa iniciada por Vidal de La Blache, trouxe contrapontos à geografia política ratzeliana. Entretanto, é necessário dizer que, segundo o geógrafo Wanderley Messias da Costa, a geografia política, durante as primeiras décadas do século XX, se apoiou nos apontamentos anteriormente dados por Ratzel no fim do século XIX e início do XX, seja criticando-o ou apoiando-o³². Vallaux, crítico do determinismo territorial simplista, acreditava que o meio natural era algo constante, e que os elementos da vida das sociedades que são variáveis, resultando numa distribuição desigual da vida na superfície terrestre. É esse um pressuposto da diferenciação dos espaços políticos e do desenvolvimento dos Estados no espaço geográfico mundial, elementos básicos de estudo da chamada geografia política³³.

Vallaux também foi crítico de um certo “determinismo econômico” no desenvolvimento territorial dos Estados, admitindo que os territórios teriam também um valor intrinsecamente político, impossível de ser mensurado de acordo com as medidas de valor, mas relacionado às competições dentro os diversos Estados. As vias de circulação no interior do território estatal, por exemplo, teria um intrínseco valor político, por mais que posteriormente pudesse mobilizar as relações que aparecem como econômicas na aparência. Esses mesmos Estados poderiam, assim, ser divididos de acordo com o nível de coesão interna que conseguiam costurar ao longo do seu território mediante a rede de circulação, o que lhe trazia mais poder nas relações com os vizinhos³⁴.

³² Ibid., p. 24 – 25.

³³ Ibid., p. 43 – 46.

³⁴ Ibid., p. 47 – 51.

Além dessas ideias, Vallaux também contribuiu para a geografia política refletindo sobre a interpretação das fronteiras, tema nuclear para essa vertente da reflexão geográfica, pois o autor francês considerava as fronteiras menos como linhas formais do que como zonas. Segundo Costa³⁵, Vallaux afirmava que a “[a] zona-fronteira constituiria assim, antes de tudo, uma área que se destina simultaneamente às interpenetrações e às separações entre os Estados, assumindo desse modo, respectivamente, um conteúdo econômico e político”. Deste modo, o autor fornecia o arcabouço teórico para raciocinar sobre a natureza complexa e a mobilidade das fronteiras, que seriam sempre resultados de uma “demarcação política”, como produto da disputa entre os Estados³⁶.

Entretanto - mesmo com as férteis contribuições de La Blache e Vallaux –, não é sóbrio afirmar que a geografia francesa não serviu como instrumento de conquista colonial, como atesta Milton Santos:

Entre os ingleses é a Mackinder que cabe ser considerado como o mais eficaz dos geógrafos imperialistas a serviço do imperialismo. Mas Paul Vidal de La Blache às vezes deu a impressão de apreciar a obra colonizadora. Em um dos seus artigos, publicados nos *Annales de Geographie* e posteriormente no seu livro póstumo *Principes de Geographie Humaine*, Vidal de La Blache, depois de haver dito que a conquista das distâncias colocava o homem numa situação que jamais antes vivera, escreve: ‘Devemos nos congratular porque a tarefa da colonização, que constitui a glória de nossa época, seria apenas uma vergonha se a natureza pudesse ter estabelecido limites rígidos, em vez de deixar margem para o trabalho de transformação ou de reconstrução cuja realização está dentro do poder do homem’. [...] A lista de geógrafos com o mesmo ponto de vista deveria incluir um número de geógrafos holandeses e belgas, entre outros³⁷.

³⁵ Ibid., p. 53.

³⁶ Ibid., p. 54.

³⁷ SANTOS, idem, 2012, p. 32.

Antônio Carlos Robert Moraes afirma que a escola de Geografia Francesa se desenvolveu com o apoio deliberado do Estado francês, tendo surgido no período da queda do Segundo Império com a derrota na Guerra Franco-Prussiana, do levante da Comuna de Paris, esmagado de maneira sanguinária com a chancela da burguesia, e o surgimento da Terceira República³⁸, com o apoio da Prússia reacionária³⁹. Segundo o autor a guerra havia feito a classe dominante francesa perceber a necessidade “de fazer uma Geografia que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã e, ao mesmo tempo, fornecesse fundamentos para o expansionismo francês”⁴⁰. Isso fica evidente com o fato de a escola francesa ter esconjurado a Geopolítica – tida como algo com viés germânico –, porém criado uma especialização denominada Geografia Colonial⁴¹.

1.4. A geopolítica como ideologia geográfica

Dadas as constantes confusões e modismos em relação aos termos Geografia Política e Geopolítica, Costa⁴², estabelece uma distinção entre ambas que permite ampliar o potencial de análise dos fenômenos geográficos mediante a definição mais estrita de um conceito específico de geopolítica em relação à geografia política. O autor afirma:

Descartadas as confusões e dissimulações em torno do rótulo, pode-se afirmar com relativa segurança que a geopolítica, tal como foi exposta pelos principais teóricos, é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em quem se apropria de parte de seus postulados gerais para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço.

³⁸ Camille Vallaux viveu entre 1870 e 1945, tendo sua vida praticamente coincido com a Terceira República Francesa (1871 – 1943).

³⁹ MORAES, *ibid.*, p. 77.

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ *Ibid.*, p. 78.

⁴² COSTA, *Ibid.*, p. 55.

Logo, o próprio autor evidencia o “empobrecimento teórico” com o qual os postulados da chamada geopolítica podem ser caracterizados quando colididos com a análise geográfico-política de Ratzel, Vallaux, Bowman, e outros.. Para Costa⁴³:

É preciso reconhecer, entretanto, que parte da tradição nesse setor identifica como geografia política o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restritos às relações entre o espaço e o Estado, questões relacionadas à posição, situação, características das fronteiras etc., enquanto à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltadas às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista que a primeira.” [...] Talvez o melhor caminho a seguir, caso se pretenda estabelecer distinções entre ambas, seja o de tentar utilizar o critério do nível de engajamento do estudo aos objetivos estratégicos nacionais-estatais.

Isso não significa que as discussões geopolíticas do estadunidense Alfred Mahan e do inglês Halford Mackinder sejam apenas meros propagandismos, porém que significam um nível evidente de engajamento no movimento histórico de consolidação da Grã-Bretanha como potência imperial, no caso de Mackinder – já vislumbrando a rivalidade de novas potências no continente, como Alemanha e Rússia –, e de início da expansão imperialista dos Estados Unidos propriamente dita, no caso de Mahan.

⁴³ Idem, p. 18.

1.4.1. A.T. Mahan e a geopolítica dos marines estadunidenses

A sua vaidade patriótica, os seus processos cavilosos
e dúplices com os mais fracos, o seu amor ao
Kolossal, a sua estúpida concepção de domínio
político ao jeito do defunto Império Romano, a meus
olhos, faziam da república de Washington um
equivalente americano da Alemanha de Bismarck.
Lima Barreto. *São capazes de tudo...* 11/01/1919⁴⁴

Costa defende que toda a tese do oficial da marina estadunidense Alfred Mahan girou em torno do eixo de sua “concepção integrada de todas as atividades relacionadas ao mar”⁴⁵. Deste modo, a Marinha mercante, responsável pelo comércio entre os Estados, e a Marinha de guerra teriam suas existências relacionadas organicamente, no que esse autor chamaria de “valor militar do comércio”. Isso estava posto principalmente pelo fato de que o comércio marítimo se realizava em pontos específicos do litoral, sendo sempre necessária a sua proteção via uma marinha de guerra que tivesse o potencial de socorrer a marinha mercante em qualquer situação de emergência.

Dado isso, segundo Costa⁴⁶, Mahan propunha que houvesse o incentivo para que toda a população se voltasse para atividades econômicas relacionadas com atividades marítimas, pois com isso estimularia esse amálgama entre comércio e militarismo, aumentando o poder marítimo de uma potência. Deste modo, esse poder marítimo poderia ser colocado em prática para garantir uma “rede de pontos de apoio” ao longo dos litorais do mundo.

O poderio marítimo de uma nação dependeria, assim, sobretudo da sua capacidade em instalar e manter em funcionamento essa rede de pontos de apoio (colônias e postos

⁴⁴ BARRETO, *ibid.*, p. 87.

⁴⁵ COSTA, *ibid.*, p. 69.

⁴⁶ *Ibid.*

coloniais, principalmente), que possui um valor econômico e estratégico, por vezes simultaneamente.⁴⁷

Deste modo, coerente com sua tese, Mahan propunha não apenas a guarnição do litoral dos Estados Unidos da América do Norte em vários pontos, mas também que a potência estadunidense construísse uma série de bases navais no Caribe como um todo, principalmente se se concretizasse o projeto do Canal do Panamá, que traria uma série de responsabilidades para os Estados Unidos na manutenção do seu status de potência marítima na região. Essas bases serviriam como um trampolim para a fortificação do poder marítimo americano em mares abertos, a qual se daria por dois métodos, afirmando o quanto as teses de Mahan flertavam com uma defesa quase aberta do imperialismo mediante a discussão dos conceitos de defesa e ataque na estratégia geopolítica marítima:

A palavra defesa envolve duas ideias [...] Há a defesa pura e simples que envolve preparação à espera de um ataque. Pode-se chama-la de defesa passiva. Por outro lado, há a defesa [...] melhor assegurada pelo ataque ao inimigo. O primeiro método é exemplificado pelas fortificações estacionárias, minas submarinas e geralmente todos os elementos imóveis destinados simplesmente a parar o inimigo se ele tentar penetrar. O segundo método compreende todos os meios e armamentos com os quais não se espera pelo ataque, mas que encontram a frota inimiga, quer ela esteja a poucas milhas, quer em suas próprias águas. Tal defesa pode parecer uma guerra ofensiva, mas não é; ela torna-se ofensiva apenas quando seu objetivo de ataque é mudado de uma frota inimiga para um país inimigo.⁴⁸

Em *A política externa norte-americana e seus teóricos*, Perry Anderson afirma que foi sintomático o fato de que “a entrada dos Estados Unidos na arena intelectual da *Weltpolitik* ocorreu na esteira do impacto do livro de Alfred Mahan *The Influence of Sea*

⁴⁷ Ibid., p. 71.

⁴⁸ MAHAN [1965] apud COSTA, Ibid, p 88.

Power upon History [A influência do poder naval na história]”, lançado em 1890, praticamente ao mesmo tempo em que “fuzileiros navais passaram a ser despachados para intervenções regulares no Caribe e na América Central”. Perry Anderson enfatiza que o livro foi estudado com afinco em Berlim, Londres, Paris e Tóquio⁴⁹. Além disso, relembra que, alguns anos após o lançamento da sobredita obra, estourou a Guerra Hispano-Americana, em 1898, que trouxe como prêmios colônias nos oceanos Pacífico e Atlântico para os Estados Unidos, como as Filipinas e Porto Rico. E, já na primeira década do século XX, sob o governo do presidente Teddy Roosevelt, “o Panamá foi arrancado da Colômbia e transformado em uma dependência dos Estados Unidos para ligar os dois mares”⁵⁰.

José Luís Fiori⁵¹ afirma que, no caso dos norte-americanos, o pensador da geopolítica “mais importante da primeira metade do século XX foi o almirante Alfred Mahan (1840 – 1914), amigo e conselheiro do presidente Theodore Roosevelt desde antes da invenção da Guerra Hispano-Americana, no final do século XIX”. Entretanto, defende que a tese geopolítica fundamental de Mahan sobre o poder naval não tem nenhuma originalidade, pois sir Walter Raleigh (1552 – 1618)⁵² teria formulado o princípio de geopolítica que orientou fundamentalmente a estratégia naval britânica até o século XIX: “quem tem o mar tem o comércio do mundo, tem a riqueza do mundo; e quem tem a riqueza do mundo tem o próprio mundo”.

Além disso, Fiori afirma que a nova teoria basilar da geopolítica que marcaria a política externa inglesa ao longo do século XX apareceria quando a Marinha Britânica

⁴⁹ ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Tradução de Georges Kormikiaris. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2015, p. 16.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 15.

⁵¹ FIORI, José Luís da Costa. **História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2014, p. 142.

⁵² FIORI, *ibid.*, p. 141. Sir Walter Raleigh era conselheiro da rainha Elizabeth I.

já dominava totalmente os mares do mundo, a formulado pelo geógrafo inglês Halford Mackinder (1861 – 1947)⁵³.

1.4.2. Halford Mackinder e a geopolítica do *heartland*

Segundo Costa, o conjunto de teses de Mackinder vai na direção de sugestões ao projeto de poder de um Estado capitalista, o Império Britânico, que sofria com a competição de outras potências emergentes no cenário europeu continental, como os Impérios Alemão e Russo, no fim do século XIX e início do XX. Logo, a tese mackinderiana do *heartland* tem como pano de fundo a ameaça – e posteriormente a sua possibilidade e concretização – de uma aliança entre os Impérios alemão e russo, que seria uma grande ameaça à hegemonia inglesa na Europa e no mundo.

Mackinder parte do pressuposto de que os europeus ocidentais tiveram sua “civilização” forjada na união contra uma série de diferentes invasores, fossem os nórdicos vikings, os sarracenos vindos do sul mediante o Mediterrâneo e uma série de outros povos provindos das estepes da Ásia Central, os quais se irradiaram mediante esse ecossistema para diferentes direções ao longo da história, sendo uma delas a da Europa. Mackinder afirmava que:

Assim, os povos estabelecidos da Europa estavam presos entre duas pressões – a dos nômades asiáticos do leste e, nos outros três lados, pelos piratas do mar. Diante de sua própria natureza e de uma pressão que não foi tão esmagadora, ambos foram estimulantes⁵⁴.

Esses povos, os quais vão desde os hunos, ávaros até os húngaros, utilizavam uma zona localizada na Europa Oriental, mais ou menos onde hoje se localizam a Ucrânia e a Bielorrússia, como pontos de passagem e controle da passagem para a Europa Ocidental. Logo, Mackinder temia que o controle russo sobre essa área tão

⁵³ FIORI, *ibid*, p. 142.

⁵⁴ MACKINDER, H.J. “The Geographical Pivot of History”. *The Geographical Journal*, N. 4, VOL. XXIII, April 1904, p. 9.

estratégica, ou alemão, ou um domínio compartilhado entre essas duas potências, poderia fazer com que fosse acumulado um poder que permitiria a esses Estados submeter todos os outros continentes ali conectados, como toda a Ásia e a África, os quais formariam, todos juntos, a chamada *world-island*. Deste modo:

Do ponto de vista de Mackinder, essa zona pivô, dominada por um Estado pivô, no caso o Império Russo, tem condições de expandir o seu poder em escala mundial, mesmo porque não possui oponentes de peso em condições geopolíticas similares (no caso, potências ambientais). Ele chega a vislumbrar até mesmo a possibilidade de vir a constituir-se o que chama de um ‘império do mundo’, caso um dia a Rússia viesse a estabelecer uma aliança com a Alemanha.⁵⁵

Percebe-se que, mesmo que o foco da análise de Mahan seja em relação à geopolítica do poder marítimo no mundo e o núcleo da análise de Mackinder esteja na égide do poder territorial, ambos estão completamente engajados com projetos de poder das suas respectivas potências. O diagnóstico de Mackinder termina com uma famosa assertiva, a qual evidencia o quanto o discurso geopolítico está mais próximo de fraseologias do que de aprofundamentos teóricos mais refinados acerca dos processos que envolvem a geografia política como uma ciência ou uma tentativa de a ser:

Segundo Costa⁵⁶, em 1919 Mackinder reformula suas ideias, dando relevo ao que propunha ser o “coração continental” da Eurásia, o seu *heartland*. Este se situaria, fundamentalmente, entre a Ásia Central e o Már Cáspio, mas incluiria, “para propósitos estratégicos, o Mar Báltico, a Ásia Menor, a Armênia, a Pérsia, o Tibete e a Mongólia”⁵⁷. Deste modo, Costa evidencia que:

⁵⁵ COSTA, *ibid.*, p. 82.

⁵⁶ *Idem*, p. 83.

⁵⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. [2013] – 3ª ed. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2017, p. 29.

Dai o seu mais famoso alerta, expresso nesta afirmação: ‘Quem domina a Europa Oriental comanda o *heartland*, quem domina o *heartland* comanda o *world-island*, quem domina o *world-island* comanda o mundo.’⁵⁸

Segundo José Luís Fiori⁵⁹, esta foi uma “ideia-força que moveu a Inglaterra nas duas guerras mundiais, e que levou Winston Churchill a propor, em 1946, a criação da ‘cortina de ferro’ que deu origem à Guerra Fria”.

1.4.3. Karl Haushofer e a geografia do fascismo

*“Cheia de mortos! Nunca mais, nunca mais / Baterá
teu coração / Apodrecido que vendeste / Conservado
em salmoura / Em troca / De bandeiras.”
Alemanha, loura e pálida. Bertolt Brecht⁶⁰*

A geopolítica que Karl Haushofer promoveu está estreitamente vinculada, como evidencia Costa⁶¹, ao conservadorismo da reação à República de Weimar (1919 – 1933), proclamada na Alemanha após a queda monarquia com o fim da Primeira Grande Guerra, e ao expansionismo alemão dadas as perdas territoriais que o Estado alemão sofreu com a derrota na guerra e a voracidade do imperialismo alemão.

Costa afirma que “de fato, Haushofer não estava preocupado com os fundamentos da geografia política em si, mas na sua articulação com a ciência política em geral, cujo resultado (a geopolítica) fosse útil aos ‘homens de Estado’ encarregados da política externa de seu país”. Seu conservadorismo permitiu a formulação de uma geopolítica que condisse com a legitimação do imperialismo germânico e da ascensão e hegemonia nazi-fascista internamente.

⁵⁸ COSTA, *ibid.*, p. 89.

⁵⁹ FIORI, *ibid.*, p. 142.

⁶⁰ BRECHT, B. **Poemas: 1913 – 1956**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza – São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 15.

⁶¹ COSTA, *ibid.*

Haushofer chega até as formulações ratzelianas de geografia política, mas realiza isso mediante a leitura de Rudolf Kjéllen, um jurista sueco, que, segundo Costa, era reacionário e reduzia o entendimento de Ratzel do Estado como um organismo territorial, e o reduzia a um organismo de tipo biológico, determinado pelo meio e pela raça. Além disso, Kjéllen defende a clara instrumentalização da geografia política para os fins dos Estados-Maiores dos exércitos, inaugurando a *geografia política da guerra*, ou a *geopolítica*, tendo então cunhado o termo⁶².

Essa influência de Kjéllen permite que Haushofer também se aproprie do conceito de *espaço vital* de Ratzel, reforçando a sua percepção numa ótica malthusiana, de necessidade de expansão do território de um Estado dado o crescimento populacional. Deste modo, a plena realização econômica de uma nação só se daria com as potencialidades de uma ampla *base territorial*⁶³, o que justificava o expansionismo alemão sobre o leste europeu.

Sobre a geopolítica em Haushofer, Nelson Werneck Sodré⁶⁴ afirma que:

Discutindo diferenças entre Geografia Política e Geopolítica, Haushofer sustentava que esta era ‘essencialmente dinâmica’ e constituía ‘um modo de educar as massas no conceito de espaço’. Assim, escrevia: ‘Geopolítica é a ciência que determina e condiciona a evolução política ao solo’. Concluindo: ‘Definida nesses termos, a Geopolítica quer fornecer os instrumentos para as atividades políticas e ser um guia na vida política [...]. A Geopolítica pretende e deve se tornar a consciência geográfica do Estado’.

Deste modo, o mesmo autor acredita queo imperialismo seria colocado como expansão natural e justa no conteúdo da geopolítica de Haushofer, a qual considerava a “geografia do fascismo”⁶⁵.

⁶² COSTA, *ibid.*, p. 56 – 57.

⁶³ COSTA, *ibid.*, p. 135.

⁶⁴SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976, p. 61.

1.4.4. Nicholas Spykman e o poder americano

*Eu acredito na Providência. Eu acredito que Deus
presidiu a criação desta nação. Eu acredito que ele
plantou nos EUA as visões da liberdade.*

*Woodrow Wilson, 1912, em campanha para a
Presidência dos Estados Unidos⁶⁶*

José Luís Fiori afirma que o geopolítico o qual mais influenciou a estratégia internacional dos Estados Unidos na segunda metade do século XX não foi Mackinder, mas alguém que desenvolveu sua teoria e modificou-a: Nicholas Spykman. Segundo Perry Anderson⁶⁷ obra mais importante de Nicholas Spykman, *America's Strategy in World Politics* [A estratégia dos Estados Unidos na política mundial], publicada em 1942, foi um destaque em meio ao “vácuo de reflexões de maior alcance em Washington”, marcadas pelo isolacionismo em matéria de política externa que vigorava na opinião pública estadunidense antes da Segunda Guerra Mundial. Costa⁶⁸ afirma que Spykman utilizava como um dos argumentos para justificar o não-isolacionismo e o intervencionismo externo o fato de que o governo americano não poderia declarar-se isolacionista dado o histórico de intervenções em diversos Estados da América Latina.

Entretanto, bem mais complexa e sofisticada que essa justificação era a atualização e modificação das teses de Mackinder por Spykman, o qual se baseava em um entendimento específico das relações entre os Estados. Segundo Anderson, Spykman defendia que “o principal objetivo da política externa de cada Estado era necessariamente a preservação e o aumento do seu poder, em um esforço para conter o

⁶⁵ SODRÉ, *ibid.*, p. 71.

⁶⁶ ANDERSON, *ibid.*, p. 17. “Após enviar tropas norte-americanas a mais países do Caribe e da América Central do que qualquer de seus antecessores – México, Cuba, Haiti, República Dominicana, Nicarágua -, em 1917, Wilson mergulhou o país na Primeira Guerra Mundial, um conflito no qual os Estados Unidos tinha ‘o privilégio infinito de cumprir seu destino e salvar o mundo’”. *Ibid.*, p. 18.

⁶⁷ ANDERSON, *ibid.*, p. 21.

⁶⁸ COSTA, *ibid.*, p. 166.

poder de outros Estados” e que esses “só estão interessados em um equilíbrio a seu favor”. Além disso, os meios de obter esse poder seriam quatro: “persuasão, compra, troca e coerção”⁶⁹. Deste modo, as perspectivas estadunidenses nas relações internacionais seriam entendidas por ele nessa grade conceitual.

Spykman defendia que, “para conquistar o poder mundial após a Segunda Guerra Mundial”⁷⁰, seria menos importante controlar o *Heartland* desenhado por Mackinder e mais relevante dominar o que o último chamava de *Inner or Marginal Crescent*. Segundo Moniz Bandeira⁷¹, Spykman denominaria essa região de *Rimlad*, a qual seria intermediária entre o que Mackinder havia chamado de *Heartland* e os mares marginais, compreendendo Escandinávia, Europa Ocidental, Europa Central, Turquia, Oriente Médio, Subcontinente Indiano e sudeste e extremo da Ásia – Indochina, Coreia e oeste e norte da China. Ou seja, iria da “Eurásia ocidental à Eurásia oriental, e funcionava como vasta zona tampão (buffer) entre o poder naval e o poder terrestre”, permitindo o controle e contenção da União Soviética, a qual controlava vastas extensões do chamado Heartland.

Entretanto, Fiori defende que houve um fio condutor específico que guiou a geopolítica anglo-americana, seja em Raleigh, Mahan, Mackinder ou Spykman, algo que poderia ser resumido na seguinte questão: “que partes do mundo há que controlar para dominar o mundo?”. Ou seja, essa seria uma “pergunta ofensiva e global”, não compatível com os “países que se propõem apenas à conquista e ao controle de espaços vitais regionais”⁷².

⁶⁹ ANDERSON, *ibid.*, p. 22.

⁷⁰ FIORI, *ibid.*, p. 142.

⁷¹ MONIZ BANDEIRA, *ibid.*, p. 32.

⁷² FIORI, *ibid.*

CAPÍTULO 2. O CONCEITO DE IMPERIALISMO: APROXIMAÇÕES

“Também o militarismo, de motor que era do desenvolvimento capitalista, tornou-se hoje uma doença capitalista.”

Rosa Luxemburgo, *Reforma ou Revolução?*, 1899⁷³

Um dos aspectos do capítulo anterior foi o de evidenciar o nó górdio que amarra o imperialismo capitalista à *evolução* da geografia política e da geopolítica. Assim sendo, se torna necessário percorrer um caminho através das teorias clássicas que forjaram esse conceito, notadamente no seio do marxismo, o que, conseqüentemente, nos obriga também a desvendar o processo histórico no interior do qual se ancorou essa conceituação.

Eric Hobsbawm (2015)⁷⁴ afirma que, no fim do século XIX, falar sobre o seu respectivo Estado como um império e defender sua política imperialista estava presente no discurso de muitos políticos. Isso não sobreviveu aos primeiros anos do século XX. Entretanto, é um sinal de como o imperialismo capitalista se tornou um tema corrente e nodal na realidade a ponto de merecer o tratamento por parte de marxistas de vulto e revolucionários de peso como Rosa Luxemburgo e Lênin. Hobsbawm também alerta que, mesmo que muitas vezes eruditas e argutas, as “tentativas de isolar a explicação do imperialismo do desenvolvimento específico do capitalismo no fim do século XIX devem ser encaradas como exercícios ideológicos”⁷⁵.

⁷³ LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** [1899] Tradução de Lívio Xavier. – 3.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 57.

⁷⁴ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875 – 1914.** [1988] 19ª Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 100.

⁷⁵ Idem, p. 118.

Thiago Fernandes Franco⁷⁶ chama atenção para o fato de que os autores de maior expressão os quais discorreram acerca do imperialismo no início do século XXI não dão a devida importância para os autores clássicos nessa temática. Segundo Franco, Ellen Wood⁷⁷ e David Harvey⁷⁸, exemplos principais dos que se debruçaram sobre o que chamam de *novo imperialismo*, se equivocam ao tratar as contribuições de Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin e Rudolf Hilferding como ultrapassadas para o desenvolvimento do capitalismo ao longo dos séculos XX e XXI e válidas apenas para suas respectivas épocas, ou nem isso.

Já adiantamos que reafirmaremos aqui o argumento de Franco sobre a validade desses autores clássicos para a contemporaneidade, principalmente de Rosa Luxemburgo, cujas teses teriam sido bastante negligenciadas e ignoradas. Além disso, cotejamos a pista deixada por Rosa Luxemburgo ainda em 1899, no texto *Reforma ou Revolução?*⁷⁹, de que o militarismo se tornou indispensável para a *classe capitalista* no fim do século XIX. A mesma Rosa que, em texto de 1916, defende que a “bestialidade dos pensamentos e dos sentimentos” necessária para justificar o impulso à guerra no capitalismo, esse “assassinato metódico, organizado, gigantesco”, seria a propaganda patriótica “em verso e prosa”, esse “necessário narcótico intelectual”⁸⁰.

⁷⁶ FRANCO, Thiago Fernandes. **Sobre a Odisseia do Capital: comentários sobre a historiografia do Imperialismo Capitalista em nossos dias**. Tese de Doutorado. Campinas, SP, 2015.

⁷⁷ WOOD, E. M. **O império do capital**. [2003] Tradução: Paulo Cezar Castanheira. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

⁷⁸ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. [2003] Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

⁷⁹ LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** [1899] Tradução de Lívio Xavier. – 3.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 57.

⁸⁰ LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume II, 1914 – 1919**. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. – São Paulo : Editora Unesp, 2011, p. 31.

2.1. A Europa na era do Imperialismo clássico

“Quando as maldades se multiplicam, tornam-se invisíveis. / Quando os sofrimentos se tornam insuportáveis, não se ouvem mais os gritos. / Também os gritos caem como a chuva de verão.”

Bertolt Brecht, *Quando o crime acontece como a chuva que cai*.⁸¹

Tentaremos agora fornecer um mapa que permita rastrear os conflitos imperialistas ao longo da segunda metade do século XIX e guiar a análise das teorias clássicas que tentaram decifrar esses fenômenos. O texto *A crise da social-democracia*, escrito por Rosa Luxemburgo e publicado em 1916⁸², oferece uma análise de vulto da rede de alianças e dos choques entre as políticas imperialistas dos diferentes Estados capitalistas europeus do sobredito século até a deflagração do conflito mundial em 1914, quando se “abriram as portas do inferno do século XX”⁸³.

Eric Hobsbawm⁸⁴ evidencia como, nas décadas de 1780 e 1790, duas crateras de um mesmo vulcão estouraram na Europa Ocidental: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, esta última na Inglaterra. Porém, no sobredito texto *A crise da social-democracia*, Rosa adverte que, entre a metade do século XIX e os anos 1860, a Inglaterra foi desbancada do alto de seu monopólio do desenvolvimento industrial. França, Bélgica, Itália, Rússia, Japão e Estados Unidos entraram, um após o outro, no mercado mundial, fazendo com que “o capitalismo, de acordo com sua natureza, e a

⁸¹ BRECHT, *ibid.*, p. 128.

⁸² A revolucionária judia polonesa escreveu o texto em janeiro de 1916, o qual foi publicado em abril do mesmo ano. LUXEMBURGO, *ibidem*, p. 15 – 144.

⁸³ ARANTES, P.E. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. – 1.ed. – São Paulo : Boitempo, 2014, p.55.

⁸⁴ HOBBSAWM, E. **A era das revoluções, 1789 – 1848**. [1977] – 33ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 20.

passos largos, [se transformasse] em economia mundial globalizada”⁸⁵. Nesse despontar de novos integrantes no rol de Estados capitalistas, inclusive o Império Russo, o “refúgio da reação europeia”⁸⁶, entra com especial furor na corrida imperialista após as reformas na década de 1860, que abriram caminho para o desenvolvimento capitalista-burguês no país.

O Império Russo, no entanto, precisou beber na fonte do capital europeu ocidental, notadamente francês e alemão, cujos governos passaram a cortejar continuamente alianças com a dinastia russa. Ao mesmo tempo, o financiamento ocidental permitia manter sólido o invólucro absolutista no entorno desse desenvolvimento burguês, reprimindo o movimento revolucionário e garantindo a Rússia como o lar da reação europeia⁸⁷. Assim sendo, segundo Rosa, a partir daí “que a Prússia-Alemanha e a república francesa começaram sistematicamente a rivalizar entre si, rastejando para obter favores da Rússia”⁸⁸, o que acionou em parte a corrida armamentista entre os dois países.

Porém, o que teria levado ao choque entre os Impérios Russo e Alemão na Primeira Guerra Mundial, que teve amplas repercussões sobre os movimentos revolucionários em ambos países, e dado que ambos coincidiam numa política interna de repressão a qualquer movimento progressista? Rosa afirma que “elas se chocaram no plano externo da caça político-mundial”⁸⁹ do imperialismo.

Continuaremos aqui seguindo os fios tecidos pela autora para entender esse entrelaçamento de alianças e choques. A expansão dos russos pela Ásia Central (o *heartland* de Mackinder) e Oriental, além do Tibete, inquietava “vivamente a vigilância

⁸⁵ LUXEMBURGO, *ibid.*, p. 51.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 86.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 87 – 88.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 46.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 68.

do imperialismo inglês”, preocupado com a ameaça russa à sua hegemonia sobre o Subcontinente Indiano. Rosa afirma que “[d]e fato, no início do século, a oposição anglo-russa na Ásia era a mais forte oposição político-mundial na conjuntura internacional”, evidenciando o chão histórico no qual estava fincada a práxis evidente no desenho da geopolítica mackinderiana. Porém, após a derrota russa frente ao Japão em 1904 e o abalo ao regime tzarista na revolução (derrotada) de 1905, o regime do Tzar busca uma distensão para com a Inglaterra no “grande jogo”, o que, em 1907, “levou a um acordo para devorarem juntos a Pérsia, e as relações de boa vizinhança na Ásia Central”. Com isso, o Império Russo voltou-se para o oeste, reavivando suas antigas pretensões nos Balcãs, e “[f]oi aqui que a Rússia tsarista, depois de um século de amizade fiel e sólida, entrou pela primeira vez num conflito penoso com a civilização alemã”⁹⁰.

Em relação ao Império Alemão e à “civilização alemã”, Rosa afirma que:

É na Alemanha que o advento do imperialismo, comprimido num curtíssimo espaço de tempo, pode ser observado na sua forma mais pura. A expansão sem igual da grande indústria e do comércio, desde a fundação do império, produziu aqui, nos anos 1880, duas formas particularmente características da acumulação do capital: o mais forte desenvolvimento de cartéis na Europa e o maior e mais concentrado sistema bancário do mundo⁹¹.

Este setor bancário concentrado talhou a indústria pesada alemã para os fornecimentos ao Estado, tanto em relação aos armamentos militares quanto aos empreendimentos imperialistas. Tudo isso temperado com os fatos de que as “camadas burguesas, entrincheiradas atrás do governo, estarem unidas na mais violenta oposição à classe trabalhadora” e de que o “gigantesco apetite” do imperialismo alemão iria

⁹⁰ Ibid., p. 71.

⁹¹ Ibid., p. 48.

encontrar um mundo já dividido entre as outras potências capitalistas⁹². Um sinal de como isso se tornaria fator de perturbação geral foi a guinada na política externa alemã no apagar das luzes do século XIX, de uma tendência bismarckiana “continental” e de defesa para o “ataque como objetivo da corrida armamentista”⁹³.

Neste momento a Turquia – como chamaremos aqui o Império Turco-Otomano – era “o mais importante campo de operações do imperialismo alemão, tendo como precursor o Deutsche Bank [Banco Alemão] e seus gigantescos negócios da Ásia, que estavam no centro da política alemã para o Oriente”⁹⁴. A ação imperialista alemã sobre a Turquia se assemelhava à inglesa no Egito, onde “atrás dos empréstimos internacionais, da construção de ferrovias⁹⁵ e obras hidráulicas, espreita[va] o militarismo como agente executivo da acumulação do capital”⁹⁶. Deste modo, a manutenção da integridade territorial da Turquia era crucial para que a Alemanha ali exercesse seu domínio, já que uma fragmentação abriria as portas para as estratégias imperiais inglesa, russa e francesa no que era aquele decadente império.

No entanto, neste momento, a “liquidação final da Turquia convinha tanto aos planos da Rússia quanto aos da política inglesa”, pois o imperativo russo era de que o seu domínio sobre os estreitos de Dardanelos e Bósforo, naquele momento nas mãos dos turcos, lhe garantiria um impulso para a total hegemonia sobre os Balcãs. Já a Inglaterra, “por sua vez, a fim de reforçar a própria posição na Índia e no Egito, aspirava

⁹² Ibid., p. 48.

⁹³ Ibid., p. 49.

⁹⁴ Ibid., p. 54.

⁹⁵ “Cada nova técnica não apenas conduz a uma nova percepção do tempo. Ela também obriga a um novo uso do tempo, a uma obediência cada vez mais estrita ao relógio, a um rigor de comportamento adaptado ao novo ritmo. Veja-se o exemplo das estradas de ferro. Na França, antes de sua introdução, cada localidade tinha sua própria hora. Para permitir a operação combinada das linhas, a ferrovia obriga à instalação de um horário unificado. A história das técnicas é, realmente, história da convergência dos momentos e a partir da estrada de ferro esse processo de unificação marcha a galope”. SANTOS, Milton. Ibid., 2014, p. 186.

⁹⁶ LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo**. [1913] 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 384.

a unir, sob o cetro britânico, as regiões árabes dominadas pelos turcos e situadas entre eles – Arábia e Mesopotâmia – num grande império muçulmano”. O choque entre, de um lado, Inglaterra e Rússia, e, de outro, Alemanha, era inevitável.

A conservação do apodrecido regime turco por conta da Alemanha passava pela manutenção da decadente monarquia habsburguesa da Áustria-Hungria, como forma de manter os Balcãs sob o jugo do fraco aliado austríaco e longe da interferência russa. Deste modo, o “imperialismo alemão, acorrentado a dois cadáveres em decomposição [Turquia e Áustria-Hungria], tomava diretamente o caminho da guerra mundial”⁹⁷. Além desse emaranhado de alianças e rivalidades, havia o interesse da Itália pelo esfacelamento da Áustria-Hungria e da Turquia⁹⁸, como forma de possibilitar que as aspirações imperialistas italianas atingissem a costa balcânica pelo Adriático e as ilhas mediterrânicas dominadas pelos turcos.

O último ingrediente para tornar ainda mais cego esse nó de rivalidades imperialistas é a rivalidade franco-alemã já relatada quando da disputa pela aliança com a Rússia. Segundo Rosa Luxemburgo, a Guerra Franco-Prussiana (1870 – 1871) “teve como consequência levar ao agrupamento político da Europa em torno do eixo formado pelo antagonismo franco-alemão, assim como levar ao domínio formal do militarismo na vida dos povos europeus”.

Rosa defende que estava claro o seguinte já antes de 1914:

1º) Que a guerra secreta, silenciosamente preparada, de todos os países capitalistas uns contra os outros, às costas dos povos asiáticos e africanos, devia levar, mais cedo ou mais tarde, a um ajuste de contas geral; que o vento semeado na África e na Ásia devia um dia retornar à Europa como terrível tempestade, tanto mais que os acontecimentos asiáticos e africanos eram o sedimento permanente da crescente corrida armamentista na Europa; 2º)

⁹⁷ Ibid., p. 77.

⁹⁸ Ibid., p. 76 – 77.

Que a guerra mundial europeia irromperia assim que os antagonismos parciais e variáveis entre os Estados imperialistas encontrassem um eixo central, um antagonismo preponderante e forte, em torno do qual pudessem temporariamente se agrupar. Essa situação foi criada com o aparecimento do imperialismo alemão.⁹⁹

A guerra imperialista era inevitável.

2.2. Alguns comentários sobre as contribuições da teoria clássica do imperialismo de Rosa Luxemburgo

“O imperialismo como última fase e apogeu do domínio político mundial do capital é o inimigo mortal comum do proletariado de todos os países e é contra ele que deve concentrar-se, em primeiro lugar, a luta da classe proletária, tanto na paz quanto na guerra.”

Rosa Luxemburgo, Rascunho das Teses de Junius, 1916

Na análise de Rosa da conjuntura europeia pré – 1ª Guerra já transparece rapidamente uma sólida contribuição de Rosa ao debate proposto aqui. Porém, sua análise de maior vulto sobre a relação entre o imperialismo e a dinâmica do modo capitalista de produção se encontra em *A Acumulação do Capital*¹⁰⁰, escrito em 1913.

Antes de adentrarmos a essa obra, é importante ressaltar que já em 1899, quando escreve para polemizar com as teses reformistas de Eduard Bernstein¹⁰¹, no texto

⁹⁹ Idem, p. 47 – 48.

¹⁰⁰ LUXEMBURG, Rosa. [1913] **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

¹⁰¹ Segundo FIORI, José Luís da Costa. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. – São Paulo : Boitempo Editorial, 2007, p. 65, “[J]á faz mais de um século que Eduard Bernstein e Karl Kautsky discutiram e divergiram quanto à possibilidade de ‘humanizar’ o colonialismo europeu, numa perspectiva progressista e socialdemocrata de libertação e civilização dos ‘povos selvagens’. Como dizia Bernstein, ‘as culturas mais elevadas também têm o direito mais elevado’ e, por isso, parecia-lhe perfeitamente normal a defesa socialdemocrata de um novo tipo de imperialismo que tivesse uma ‘face humana’ e que

Reforma ou Revolução?, Rosa já afirmava que o desenvolvimento do capitalismo e a amplificação e aprofundamento “da concorrência no mercado mundial, fizeram do militarismo e do navalismo, na qualidade de instrumentos da política mundial, fator decisivo da vida dos grandes Estados, tanto exterior como interior”¹⁰². Isso pode nos dar uma pista de que o militarismo estaria se tornando algo intrínseco como instrumento do capital.

Na mesma obra, a autora já afirmava que “o próprio desenvolvimento capitalista modifica essencialmente o caráter do Estado”¹⁰³, o qual seria a *organização política* do capital, assim como as relações de propriedade seriam a sua *organização jurídica*. Assim sendo, depois de ter atingido um certo nível de desenvolvimento, os interesses da burguesia enquanto classe começam a chocar-se, e “isso se manifesta em dois fenômenos específicos: a *política alfandegária* e o *militarismo*”¹⁰⁴. Rosa defende que “se considerarmos a história [...] constatamos que a guerra constitui fator indispensável ao desenvolvimento capitalista”¹⁰⁵ e que para a classe capitalista o militarismo se tornou indispensável sob três aspectos¹⁰⁶:

[...]primeiro, como meio de luta na defesa dos interesses ‘nacionais’ concorrentes contra outros grupos ‘nacionais’; segundo, como a forma de emprego mais importante, tanto do capital financeiro como do capital industrial; e terceiro, como instrumento da dominação de classe sobre os trabalhadores, no interior – interesses esses que nada têm em comum, em si, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Em outro livro polêmico, *A questão nacional e autonomia*, escrito entre 1903 e 1904, a autora invoca o conceito de imperialismo para afirmar que, a sua vigência, a

ele chamava de ‘colonialismo positivo’. Bernstein, como Van Kol – e todos os chamados revisionistas -, considerava reacionário o rechaço indiscriminado de todo e qualquer tipo de imperialismo”.

¹⁰² LUXEMBURGO. Ibid. 2015, p. 96.

¹⁰³ Ibid., p. 53.

¹⁰⁴ Ibid., p. 54.

¹⁰⁵ Ibid., p. 56.

¹⁰⁶ Ibid., p. 57.

qual “adquire a cada dia maior preponderância graças ao progresso do capitalismo, condena *a priori* um sem número de pequenas e médias nações à impotência política”, tornando ilusão qualquer aspiração de soberania, autonomia e independência nacional no interior do imperialismo capitalista¹⁰⁷. Para isso, a autora se detém no conceito de Estado nacional, em busca de “seu conteúdo histórico” para “discernir o que se oculta sob este manto na realidade material”. Assim sendo, a questão nacional estaria vinculado pela raiz no desenvolvimento da modernidade (capitalista), e seria tão característica da sociedade burguesa quanto “interesses de mercado, as correntes democráticas e a educação popular”¹⁰⁸.

A necessidade de um “militarismo forte” por parte de um Estado capitalista volta a aparecer no seu argumento, para “abrir caminho para o mercado mundial” e exercer sua política alfandegária de seu interesse. A autora conclui que:

O Estado nacional é ao mesmo tempo essa forma histórica imprescindível na qual a burguesia passa da defesa nacional para posições de ofensiva, da autoproteção e concentração da própria nacionalidade para a política de usurpação e dominação de outras nacionalidades¹⁰⁹.

Intrigante é observar a negligência nos debates sobre o imperialismo para com o pensamento de Rosa, inclusive ainda no século XXI, como destacado por Thiago Franco. José Luís Fiori, por exemplo, no prefácio de *O poder global e a nova geopolítica das nações*, depois de afirmar que foi Marx “o primeiro a falar da internacionalização inevitável” do capitalismo, diz que seria “possível distinguir três grandes escolas de pensamento dentro da economia política internacional” que discutiriam “a internacionalização do poder e do capital e o funcionamento do ‘sistema

¹⁰⁷ LUXEMBURG, Rosa. **A questão nacional e a autonomia**. Tradução: Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1988, p. 34.

¹⁰⁸ Ibid., p. 57.

¹⁰⁹ Ibid., p. 60.

mundial’, a partir do século XVII”. A primeira seria “a teoria do imperialismo, de John Hobson, Rudolf Hilferding, Nikolai Bukharin e Vladimir Lenin”. Em seguida a “teoria da ‘hegemonia mundial’, de Charles Kindleberger, Robert Gilpin e Robert Cox” e a teoria do *world-system*, de André Gunder Frank, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, fortemente influenciados pela leitura braudeliana do “centro de gravidade mundial”¹¹⁰. Silêncio sobre Rosa Luxemburgo.

2.3. Alguns comentários sobre as contribuições da teoria clássica do imperialismo de Lenin

Thiago Franco¹¹¹ defende que o famoso livro de Lenin *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrito em 1916, “pode com razão ser considerad[o] o marco para a incorporação *definitiva* do *conceito* imperialismo ao arcabouço teórico do marxismo – imperialismo deixa de ser associado a uma escolha e passa a significar uma temporalidade”. Entretanto, isso não deveria ser carta branca para menosprezar as contribuições anteriores de Rosa Luxemburgo. Passemos agora às conclusões principais do revolucionário russo.

Lenin define diversas vezes o que seria o imperialismo discorrendo sobre cada uma de suas características específicas, e além de afirmar que o “que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas”¹¹² defende que:

¹¹⁰ FIORI, *ibid.*, 2007, p. 25 – 26.

¹¹¹ FRANCO, *ibid.*, p. 410.

¹¹² LENIN, *ibidem*. “O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a transformar-se em seu contrário, quando as características de uma época de transição do capitalismo a uma ordem econômica e social superior ganharam corpo e se revelaram em todas as esferas. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. [...]” P. 123

O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas de capital indica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os restantes.¹¹³

Além disso, podemos sintetizar as cinco principais “características fundamentais” dessa nova *fase* como sendo:

- 1) A concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- 2) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira;
- 3) A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- 4) A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si;
- 5) Conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.¹¹⁴

Sobre a última característica, a “partilha territorial do mundo”, é importante ressaltar que isso não passava necessariamente mediante a anexação de colônias pelos Estados imperialistas, já que o próprio Lenin advertiu – o que Rosa antes já havia advertido – de que mesmo países formalmente independentes acabavam sendo assolados pela partilha feita pelos grandes monopólios capitalistas utilizando também dos seus respectivos Estados como instrumentos. Importante perceber que Lenin utiliza

¹¹³ LENIN, *ibid.*, p. 89.

¹¹⁴ LENIN, *ibid.*, p. 124 – 125.

a América do Sul como exemplo disso em sua sobredita obra de 1916, notadamente o caso da Argentina e da influência britânica sobre o país platino.

Thiago Franco também afirma que “diferentemente do que sugere parte da historiografia sobre o imperialismo, Rosa *também* defendia a ideia de que o imperialismo deveria ser entendido enquanto uma fase do capitalismo”¹¹⁵. Mesmo antes de *A Acumulação do Capital*, os *Rascunhos das Teses Junius*, escritos em 1916, já tratavam de questões específicas relacionadas ao imperialismo e a ele como *fase*. Eis algumas das teses:

5. A guerra mundial não serve nem à defesa nacional nem aos interesses econômicos ou políticos das massas populares, quaisquer que sejam; ela é simplesmente fruto das rivalidades interimperialistas entre as classes capitalistas de diferentes países pela dominação do mundo e pelo monopólio da exploração e do empobrecimento dos últimos restos do mundo que o capital ainda não dominou. Nesta *época* de imperialismo desenfreado já não podem haver guerras nacionais (grifo meu). Os interesses nacionais servem apenas de mistificação para pôr as massas populares trabalhadoras a serviço do seu inimigo mortal, o imperialismo.

7. Nessas circunstâncias, qualquer que seja o derrotado ou qualquer que seja o vitorioso, a atual guerra mundial significa uma derrota do socialismo e da democracia. Qualquer que seja a saída – exceto se houver a intervenção revolucionária do proletariado internacional –, ela só conduz ao reforço do militarismo e do marinismo, dos apetites imperialistas, dos conflitos internacionais, das rivalidades econômico-mundiais e da reação no plano interno (dos proprietários de terra, dos provocadores, do cartel da indústria, do clericalismo, do chauvinismo, do monarquismo); em contrapartida, leva ao enfraquecimento do controle público, da oposição, assim como reduz os parlamentos a instrumentos obedientes do militarismo em todos os países. Portanto, em última instância, essa guerra mundial trabalha apenas para que, depois de maior ou menor intervalo de paz, uma nova guerra seja deflagrada.

¹¹⁵ FRANCO, *ibidem*.

9. O imperialismo como última fase e apogeu do domínio político mundial do capital é o inimigo mortal comum do proletariado de todos os países e é contra ele que deve concentrar-se, em primeiro lugar, a luta da classe proletária, tanto na paz quanto na guerra. Para o proletariado internacional a luta contra o imperialismo é, ao mesmo tempo, a luta pelo poder político estatal, o conflito decisivo entre socialismo e capitalismo.¹¹⁶

Entretanto, se estamos seguindo a pista de que o imperialismo significa, além das características levantadas por Lênin, o processo de tornar intrínseco ao capitalismo o militarismo, devemos investigar a obra mais importante de Rosa sobre o supracitado conceito: *A Acumulação do Capital*, a qual tem como subtítulo *contribuição ao estudo econômico do imperialismo*.

2.4. O imperialismo em *A Acumulação do Capital*: expressão política do capitalismo

“A Rosa Vermelha desapareceu

Para onde foi, é um mistério.

Porque ao lado dos pobres combateu

Os ricos a expulsaram de seu império.

Bertolt Brecht. *Epitáfio 1919*¹¹⁷

“O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontrem ainda dominadas”, mas, esse “campo revela-se mesmo pequeno para a sua expansão”¹¹⁸.

Essa é a primeira das quatro vezes em que a palavra “imperialismo” aparece no texto do livro *A Acumulação do Capital*, além do subtítulo e do Prefácio, segundo

¹¹⁶ LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume II, 1914 – 1919.** Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. – São Paulo : Editora Unesp, 2011, p. 10 – 11.

¹¹⁷ BRECHT, B. *Ibid.*, p. 107.

¹¹⁸ LUXEMBURGO, 1976, p. 392.

Franco¹¹⁹. A assertiva de Rosa parece indicar que o imperialismo é sempre intrínseco ao capitalismo, já que o modo capitalista de produção desde o seu início, por razões óbvias, se expandiu dissolvendo e incorporando à força um *mundo* não-capitalista. Ao longo do texto subsequente, Rosa complementa com a ideia de que essa “expressão política” “aumenta em violência e energia seu comportamento agressivo em relação ao mundo não capitalista” e “agrava as contradições entre os países capitalistas concorrentes”¹²⁰. Logo depois, Rosa afirma que:

O imperialismo é tanto um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua existência. Isso não quer dizer que esse ponto terá de ser alcançado obrigatoriamente. A própria tendência de atingir essa meta do desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a fase final do capitalismo como período de catástrofes¹²¹.

De uma “expressão política” o imperialismo se torna um “método histórico” e a última “fase” do capitalismo.

Seguindo as vezes em que o adjetivo *imperialista* aparece, Thiago Franco acha uma pista de que o *imperialismo* não seria mais usado com o significado estrito de uma política do capitalismo, “mas também para demarcar uma *temporalidade específica* – caracterizada pela maneira *específica* pela qual se articulava o militarismo e a acumulação do capital”¹²². Além disso, outro fato também muito importante é o de Rosa qualificar “o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital”. Essa associação do imperialismo como uma última *fase* do desenvolvimento do capitalismo e sua associação intrínseca como o militarismo pode ser observada no seguinte trecho:

¹¹⁹ FRANCO, *ibid.*, p. 417.

¹²⁰ LUXEMBURGO apud FRANCO, p. 418.

¹²¹ *Ibid.*

¹²² FRANCO, *ibid.*, p. 419 – 420.

a *fase imperialista* da acumulação do capital ou a *fase* da concorrência capitalista internacional compreende a industrialização e a emancipação capitalista das antigas zonas interioranas do capital em que se processava a realização de sua mais-valia. Os métodos operacionais específicos dessa fase são representados pelos empréstimos estrangeiros, pela construção de ferrovias, por revoluções e guerras.¹²³

Na página seguinte, Rosa afirma que:

no período imperialista, os empréstimos externos desempenham papel extraordinário como meio de emancipação dos novos Estados capitalistas. O que existe de contraditório na *fase imperialista* se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos. Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, ao mesmo tempo, constituem para as velhas nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial.

Novamente, é possível extrair do argumento de Rosa sobre a fragilidade da autonomia ou independência dos Estados nacionais e sua funcionalidade frente à necessidade de expansão do capital.

2.5. O Imperialismo em *A Acumulação do Capital*: método histórico de expansão e fase final do capitalismo

O conceito de imperialismo de Rosa está lastreado na sua concepção da reprodução social do capital. Segundo a autora, o capital recorre ao mundo inteiro para apropriar as forças produtivas necessárias à sua reprodução ampliada, tendo inclusive as populações das formações não-capitalistas como seu exército industrial de reserva mais vasto, já que “[o] exército industrial de reserva não pode ser formado pela procriação natural do proletariado assalariado capitalista”. Esse impulso faz com que o capital se debruce na “decomposição das mais diversas formas primitivas de produção e

¹²³ LUXEMBURGO apud FRANCO, p. 421.

organização social em países não-europeus” e faz com que as áreas não regidos pela lógica capitalista de produção deveriam ser “previamente ‘libertadas’, para que possam ‘alistar-se’ no exército ativo do capital”.¹²⁴

É seguindo a linha desse raciocínio que Rosa reafirma sua polêmica tese de que “acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas; avança em constante troca de matérias com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente”¹²⁵. Rosa afirma que:

O resultado geral da luta entre o capitalismo e a economia simples de mercado é este: o capital substitui a economia de mercado simples, depois desta ter substituído a economia natural. Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não-capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não-capitalista para a acumulação, necessita-o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido. Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas nem estas podem sequer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas.¹²⁶

Neste momento, a autora polemiza inclusive com a Geografia Política explicitamente, considerando equivocada a sua concepção de mercado interno ligado à escala de um Estado e sim afirmando que:

Mercado interno, do ponto de vista da produção capitalista, é mercado capitalista; é a própria produção como compradora de seus próprios produtos e fonte de aquisição de seus

¹²⁴ LUXEMBURGO, *ibid.*, p. 311 – 312.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 315.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 363.

próprios elementos de produção. Mercado externo para o capital é a zona social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos de produção e operários.¹²⁷

Essa contradição dialética da zona capitalista com a zona não-capitalista resulta na progressiva dissolução desta última, fazendo com que a “assim chamada acumulação primitiva” de capital aconteça em algumas etapas: “a luta do capital com a economia natural, a luta com a economia de mercado, e a luta pela concorrência do capital no cenário mundial para conquistar o resto dos elementos para a acumulação”.

Assim sendo, o “sopro pestífero da civilização capitalista” realizaria a acumulação primitiva mediante alguns métodos que marchariam “paralelamente” ou se sucederiam e apoiariam mutuamente: “a violência política (a revolução e a guerra), a pressão tributária do Estado e o barateamento das mercadorias”¹²⁸, além do fato de que os empréstimos externos e exportações de capitais para a edificação de meios de transporte nas zonas não-capitalistas seriam “condição imprescindível para a difusão da economia de mercado em territórios de economia natural”¹²⁹.

Posteriormente, começaria a luta do próprio capital acumulado contra a economia de mercado, porque “desde que a economia de mercado se encontra instalada sobre as ruínas da economia natural, o capital lhe declara guerra. O capitalismo entra em concorrência com a economia de mercado; após tê-la feito surgir, disputa com ela” as condições necessárias para a acumulação, como “os meios de produção, os trabalhadores e o mercado”.¹³⁰

Outro aspecto destacado por Rosa como sendo específico da “fase imperialista da acumulação do capital, ou a fase da concorrência mundial do capitalismo” é a

¹²⁷ Ibid., p. 316.

¹²⁸ Ibid., p. 318.

¹²⁹ Ibid., p. 334.

¹³⁰ Ibid., 349.

industrialização e emancipação nacional dos países atrasados em relação aos países capitalistas avançados mediante quatro métodos específicos¹³¹:

O *primeiro* teria como vetores os empréstimos exteriores, mediante os quais os países capitalistas avançados antigos poderiam abrir alas a novos campos de investimento nos países recém-independentes, criando novos competidores nesses últimos, fazendo com que aumentasse, “em geral, o espaço de que dispõe a acumulação do capital e ao mesmo tempo” se estreitasse¹³². Deste modo, trazendo um exemplo ilustrativo, Rosa afirma que “o florescimento industrial sem precedentes que teve lugar no Norte dos Estados Unidos da América, no final do sexto decênio, e que conduziria à guerra civil, foi pago com o capital inglês”¹³³.

Em *segundo* lugar estaria a construção de ferrovias – e a mineração que muitas vezes era o ponto que definia seu rastro –, a qual, além de estar engatilhada aos empréstimos exteriores e públicos, singrava o território de formações não-capitalistas, desmontando sua organização social mediante a introdução da economia de mercado e, conseqüentemente, produzindo capital¹³⁴. A construção de ferrovias, ao lado das encomendas militares, acompanhariam “todas as fases da acumulação de capital: a introdução da economia de mercado, a industrialização dos países e a revolução capitalista da agricultura, assim como a emancipação dos novos Estados capitalistas”¹³⁵. Deste modo, a presença dessa técnica no território, a estrada de ferro, porta a intencionalidade de expansão do mercado capitalista, evidenciando que “à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos”, as quais são cada

¹³¹ Ibid., 365.

¹³² Ibid., 367.

¹³³ Ibid., 370.

¹³⁴ Ibid., 374.

¹³⁵ Ibid., p. 366.

vez mais “dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território”¹³⁶.

Esse militarismo intrínseco à acumulação de capital nos leva ao *terceiro* dos métodos, a guerra. A preparação e estouro desta não estaria apenas relacionada à competição intercapitalista, mas também como o instrumento de um “jovem Estado capitalista para desvencilhar-se da tutela do antigo, o batismo de fogo e a prova da independência capitalista de um Estado moderno”¹³⁷. Deste modo, quando independente, a necessidade de uma reforma militar e tributária tornaria a independência econômica um pressuposto essencial, o que só se garantiria num sistema mundial capitalista mediante a penetração do capital no território recém-independente da metrópole.

Essa independência, mesmo mediante uma guerra, estaria, muitas vezes, entrelaçada a um processo revolucionário, o qual seria o quarto método para a emancipação nacional e industrialização dos países atrasados, como forma de destruir o Estado anterior mergulhada numa economia natural ou incipientemente de mercado para “criar um aparelho estatal apropriado aos fins da produção capitalista”.

É pensando no imperialismo conceituado por Rosa Luxemburgo nesses termos, e na endogenização do militarismo que ele representa, que passaremos a cotejar esse argumento com abordagens contemporâneas do imperialismo.

¹³⁶ SANTOS, *ibid.*, 2014, p. 94.

¹³⁷ LUXEMBURGO, *ibid.*, 365 – 366.

CAPÍTULO 3. DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE O IMPERIALISMO CAPITALISTA

Ellen Meiksins Wood e David Harvey foram autores que destacaram na discussão do que seria um *novo imperialismo*. Interessante notar que eles fazem parte dos autores que não abriram mão do conceito de imperialismo ao fim do século XX em troca do conceito de globalização, o qual guarda uma imprecisão conceitual e uma diversidade de tratamentos enorme. Esse novo imperialismo caracterizaria, no caso da autora, o caso dos Estados Unidos pós-2ª Guerra e, no do autor, os Estados Unidos quando da invasão do Afeganistão em 2001. Esse novo estaria contraposto às teses clássicas do imperialismo, como de Rosa Luxemburgo e Lenin, fazendo com que essas últimas remontassem a um passado já morto e enterrado.

Victor Kiernan¹³⁸, em importante obra dos anos 70 no que tange ao expansionismo dos estadunidenses ao longo da primeira metade do século XIX, já havia tentado diferenciar o imperialismo norte-americano do europeu por conta da não anexação de colônias ao *império*, ou apenas marginalmente. Magnoli¹³⁹ discutiu sobre as características da “ideologia nacionalista e expansionista que instrumentalizou a noção de fronteira” para o avanço sobre os território vizinhos aos Estados Unidos após sua independência, assim como também destaca a importância da doutrina do Destino Manifesto no expansionismo dos colonos estadunidenses no interior do próprio território da União. Sobre o caso brasileiro, Moraes¹⁴⁰ discute a ideologia geográfica principal que permeou esse processo de expansão dentro do próprio território brasileiro

¹³⁸ KIERNAN, V. **Estados Unidos: o novo imperialismo**. [1978] Tradução de Ricardo Doninelli-Mendes. – Rio de Janeiro: Record, 2009.

¹³⁹ MAGNOLI, D. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)**. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997, p. 19 e 20.

¹⁴⁰ MORAES, A.C.R. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. – São Paulo: Annablume, 2011, p. 99 – 109.

ao longo de sua colonização: a do *sertão*, como ente a ser “desbravado” e incorporado ao *território usado*.

Além de Ellen Wood e David Harvey, também iremos discutir no presente capítulo sobre a tese de José Luís Fiori, em *O poder global e a nova geopolítica das nações*, onde a teoria marxista do imperialismo é declarada como insuficiente para a interpretação do sistema interestatal capitalista, e na qual a obra de Rosa Luxemburgo é explicitamente ignorada.

3.1. Ellen Wood e o Império do Capital

Um fio que atravessa diversas obras de Ellen Wood é a busca incessante por detectar a especificidade do modo capitalista de produção¹⁴¹. Entretanto, sua análise da particularidade desse sistema em contrapartida aos anteriores se mostra bastante específica em relação a outros autores. Um dos fulcros de seu argumento é a firme posição em desvendar o quão “extraeconômicos” ou “econômicos” são os meios de extração do excedente do trabalho dos oprimidos em cada modo de produção.

Ellen Wood parte do pressuposto de que o capitalismo se caracteriza pela “coerção econômica” para a extração do excedente produtivo, e não pela “coerção extraeconômica”, a qual se caracterizaria pelas formas “políticas, jurídicas e militares” de exercício do poder¹⁴². A autora não nega a importância da coerção extraeconômica no capitalismo, inclusive abordando o quanto ela é necessária mediante o Estado, mas tudo para garantir que a “coerção econômica” ocorra livremente¹⁴³. Segundo a autora, esse aspecto torna ainda mais difícil a oposição ao modo de produção capitalista, pois a extração do excedente se mostra por demais “disfarçada” já que não se dá mediante uma extração violenta do produtor, e sim mediante a extração do mais-valor. Ora, como

¹⁴¹ WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

¹⁴² WOOD, E.M. Idem, 2014, p. 16 e 17.

¹⁴³ Ibid., p. 17.

evidencia Thiago Franco, em cada momento histórico são produzidas ideologias de forma a mascarar a exploração e opressão, e mesmo em modos de produção em que a extração do excedente se dava de forma mais violenta do que no capitalismo (como se no capitalismo não fosse violenta) havia também diversas névoas para encobri-la, como todo o aparato religioso durante o feudalismo, por exemplo¹⁴⁴.

Em *O Império do Capital*, Ellen Wood traça um perfil de diversos Impérios ao longo da História, sempre balizando-os de acordo com o quanto se caracterizavam pelo uso da coerção extraeconômica e econômica. Discorrendo sobre os Impérios Romano e Espanhol a autora os classifica como “impérios da propriedade”¹⁴⁵, dada a importância que a propriedade privada da terra detinha na manutenção de suas elites econômicas, porém sempre usando dos mais diversos imperativos militares, jurídicos e políticos para a execução da extração do excedente, como a escravidão em Roma, a violência a que os espanhóis submeteram os povos nativos das Américas.

Quando discorre sobre a *Serenissima* República de Veneza e os Impérios Holandês e Árabe-Muçulmano, a autora mostra como a sua expansão se dava mediante o estabelecimento de redes mediante as quais se instaurava a dominação. Essas redes eram comerciais mas não apenas isso, também eram riscadas no mapa através da “coerção extraeconômica”¹⁴⁶. No caso holandês e veneziano, as suas redes eram estabelecidas singrando os mares e estabelecendo à força pontos de apoio em lugares estratégicos, seja no Mediterrâneo veneziano ou nas Índias Orientais holandesas. Já no caso árabe-muçulmano, a rede foi estabelecida no interior de um grande bloco continental que ia desde o Sudeste Asiático até o Marrocos, sendo que o meio “extraeconômico” que acompanhava as caravanas comerciais era não apenas a guerra

¹⁴⁴ FRANCO, *ibid.*, p. 295 – 296.

¹⁴⁵ WOOD, *ibid.*, p. 33 – 45.

¹⁴⁶ WOOD, *ibid.*, p. 45 – 65.

propriamente dita, mas o islamismo com todo o seu conjunto de regras e de conduta para as relações sociais mais diversas.

Entretanto, a autora parte do pressuposto de que mesmo no Império Britânico, *uma nova espécie de império* já responsável pela universalização dos imperativos capitalistas, a acumulação do capital não se dava completamente a partir da coerção econômica. A autora afirma que ainda era a coerção extraeconômica que vigorava, como no caso da dominação britânica sobre o Subcontinente Indiano¹⁴⁷, em que a coerção militar e a potencialização do sistema de castas pelos ingleses teria sido ingrediente fundamental da hegemonia britânica sobre a Índia. Para Ellen Wood, o primeiro *império* a exercer uma hegemonia apenas mediante a coerção econômica, tendo como mecanismo mais emblemático a dívida¹⁴⁸, foi o Império Americano após a Segunda Guerra Mundial, a partir do momento em que inicia-se o processo de descolonização.

Logo, a própria autora afirma que essa hegemonia mediante a coerção econômica se dá com o pano de fundo de uma coerção extraeconômica cada vez mais forte. Essa coerção extraeconômica não estaria mais presente na extração do excedente econômico diretamente dos indivíduos como nos impérios anteriores, mas com a instalação de uma miríade de bases militares americanas na escala global para *vigiar* a plena universalização dos imperativos capitalistas mediante a coerção econômica.

Essa extensão exponencial do poderio militar americano em si se confirma. Moniz Bandeira¹⁴⁹, com base em estatísticas do Departamento de Defesa norte-

¹⁴⁷ WOOD, *ibid.*, p. 88 – 92.

¹⁴⁸ WOOD, *ibid.*, p. 23 e 103.

¹⁴⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio.** – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Moniz Bandeira se defronta com estatísticas diversas sobre o número de bases militares no exterior e que “ninguém estava seguro quanto ao total. E a rede de bases militares era tão extensa que nem o Pentágono talvez soubesse exatamente sua dimensão”. P. 161 – 162.

americano afirma que “[e]m 2012 os Estados Unidos ainda mantinham mais de 750 instalações militares no exterior e, de 1,4 milhão de soldados na ativa, cerca de 350.000 estavam aquartelados em pelo menos 130 países estrangeiros”. O mesmo autor afirma que muitos dos países que antes integravam o Pacto de Varsóvia, sob a égide da União Soviética (URSS), aderiram à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sob a hegemonia estadunidense. Muitos desses Estados abriram “seus territórios à expansão das bases militares” e enviaram “tropas para as intervenções e a ocupação de outros países, sob a liderança dos Estados Unidos, a título de missão humanitária ou de manutenção da paz”.

Deste modo, Ellen Wood, ao mesmo tempo que evidencia a não necessidade da coerção extraeconômica para a extração do excedente no capitalismo, reafirma a intensificação constante da necessidade de coerção extraeconômica no capitalismo. A obra de Rosa Luxemburgo, que poderia auxiliar a inserir a militarização – uma forma de “coerção extraeconômica” – é colocada por Ellen Wood, assim como os escritos de Lenin sobre o imperialismo, como uma teoria que dizia respeito a uma época em que o mundo capitalista ainda estava circundado por uma vasta área não capitalista¹⁵⁰. Logo, Wood parte do pressuposto de que o mundo atual já estaria inteiramente tomado pelos imperativos capitalistas, e que, nesta *fase*, as teorias de Rosa e de Lenin não valeriam. Veremos que a avaliação de David Harvey sobre esses dois autores é ainda mais impiedosa.

3.2. David Harvey e o *movo imperialismo*

David Harvey, desde o início de sua obra *O Novo Imperialismo*, evidencia explicitamente a influência de Giovanni Arrighi, não apenas quando estabelece uma

¹⁵⁰ WOOD, *ibid.*, p. 96 – 98.

diferenciação entre a *lógica territorial* e a *lógica do capital*. Thiago Franco¹⁵¹ afirma que essa influência se dá ainda mais do que está explícito, pois é central no argumento de Harvey sobre o imperialismo a concepção de uma obra arrighiana não citada pelo geógrafo inglês. Segundo Franco, na obra *Geometry of Imperialism* [1973], um dos argumentos centrais de Giovanni Arrighi é o de que as teorias clássicas sobre o imperialismo haviam se tornado irrelevantes para a interpretação dos eventos histórico-mundiais, pelo menos após a Segunda Guerra Mundial. Veremos que Harvey segue nesse caminho já trilhado por Arrighi e que procuraremos não trilhar.

Já no início da obra, após tentar explicar a violência do *novo* imperialismo norte-americano pela busca por matérias-primas e pelas contradições na sociedade civil dos Estados Unidos, Harvey traz sua – longa – definição de imperialismo no início do segundo capítulo da obra:

Defino aqui a variedade especial dele chamada ‘imperialismo capitalista’ como uma fusão contraditória entre ‘a política do Estado e do império’ (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia)¹⁵²

O conceito é complementado por uma passagem ao final da obra, na qual Harvey afirma que a conversão para o imperialismo “não resultou de imperativos econômicos absolutos, mas da resistência política da burguesia à renúncia de quaisquer se seus privilégios” por conta de não ter admitido as reformas sociais exigidas pela classe trabalhadora, o que absorveria internamente a “sobrecumulação”. Deste modo,

¹⁵¹ FRANCO, *ibidem*, p. 335 – 336.

¹⁵² HARVEY, *ibid.*, p. 31.

como evidencia Franco¹⁵³, o argumento de Harvey de que o imperialismo era “evitável” choca-se com a teoria clássica de Rosa Luxemburgo, Lenin, Bukharin e Hilferding. Sobre os clássicos, Harvey chega a afirmar¹⁵⁴, em um artigo, que:

[...] as teorias que eles produziram não eram adequadas nem mesmo para o tempo deles, e as picuinhas [bickering] entre os participantes (como Lenin, Luxemburg, Bukharin e Kautsky) reflete não apenas as posições políticas fundamentalmente distintas sobre o que poderia ser feito, mas também uma falência teórica em encontrar um meio de lidar com as dinâmicas espaço-temporais que vinham há muito tempo construindo um sistema imperialista global [...]

Harvey busca cotejar esse argumento no livro sobre o qual estamos discutindo quando relata as principais características do “histórico de pós-guerra da hegemonia norte-americana: 1945 – 1970”. O autor numera quatro aspectos principais desse período, como a relação ambígua dos Estados Unidos. Primeiro, destaca a ambígua relação dos Estados Unidos para com o racismo interna e externamente. Segundo, a política de incentivo ao “mercado aberto” às outras nações independentes. Terceiro, o fato de que “sempre que havia um conflito entre a democracia, de um lado, e a ordem e a estabilidade assentada nos interesses dos proprietários, do outro, os Estados Unidos sempre optaram por estes últimos”, se tornando “opressor de todo movimento democrático ou populista”. Em quarto lugar, Harvey destaca que, por conta das intervenções militares em outros países e por conta da Guerra Fria em si, houve a “assunção do poder” por um “complexo industrial-militar”¹⁵⁵.

Entretanto, a partir do momento que cotejarmos o argumento de Harvey com a ideia do imperialismo como fase superior em que ocorre uma endogenização do militarismo no interior do modo de produção capitalista. Podemos ter outro resultado

¹⁵³ Franco, p. 337 – 338.

¹⁵⁴ HARVEY apud FRANCO, *ibid.*, p. 58 – 59, In: In what way is “The New Imperialism” really new? Em *Historical Materialism* 15 (2007).

¹⁵⁵ HARVEY, *idem*, 2003, p. 55 – 57.

que não seja o sepultamento que o autor executa ao tratar as teorias do imperialismo clássico não apenas como inválidas para a contemporaneidade, mas também como inválidas desde sempre. Um sinal de que possa ser válido esse contraponto a Harvey aqui exposto é o fato de o próprio autor, em trecho citado no parágrafo acima, levantar a questão da ascensão de um “complexo industrial-militar” no contexto da Guerra Fria.

3.3. José Luís Fiori e o *poder global*

“Ou seja, a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do ‘jogo das trocas’”, teria vindo sim do “mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela ‘acumulação de poder’, [...]”¹⁵⁶. Essa é uma passagem central para entender o conceito de *poder global* em José Luís Fiori, que estaria vinculado nuclearmente ao que seria “uma teoria da acumulação do poder e da riqueza que deu origem ao sistema mundial a partir da Europa, após o século XVI”.

Nesse sentido, para entender o que o que teria sido a “força propulsora do ‘milagre europeu’”¹⁵⁷, quando se refere à sua expansão imperial sobre o resto do globo, o autor afirma que foi uma conjunção única de poder, riqueza e dinheiro. Ela só teria sido possível mediante uma acumulação de poder em unidades políticas que forçassem uma extração do excedente econômico cada vez maior de suas sociedades. Deste modo, o veículo desse acúmulo de poder e a justificativa para essa extração crescente seria a guerra como uma atividade crônica, no que seria um “círculo virtuoso entre a acumulação de poder dos soberanos e o aumento do excedente, das trocas e dos mercados”. Afinal, “a guerra e a preparação para a guerra são o instrumento em última

¹⁵⁶ FIORI, *ibid*, 2007, P. 16.

¹⁵⁷ *Ibid.*, P. 15.

instância de conquista e acumulação de poder e, também, de defesa e preservação do poder”¹⁵⁸.

Podemos aqui já relembrar que a partir do momento que considero que está no fulcro do pensamento de Rosa que o militarismo se tornou intrínseco à acumulação do capital esta é uma conclusão que já estava dada. Isso sem precisar essencializar um impulso humano ao “jogo das trocas” ou ao “acúmulo de poder”. Mas vamos adiante.

Deste modo, Fiori defende que a necessidade de expansão dos exércitos e administração dos territórios conquistados forçavam uma monetização dos tributos e rendas mediante a sua conversão na moeda emitida pelo soberano, o qual teria uma tendência ininterrupta de expansão. A imposição de sua moeda por sobre as diferentes potências concorrentes seria uma forma central de exercer a hegemonia sobre elas. É deste modo que o autor chega à aliança entre poder e capital que teria ocorrido na Europa, e não nos chamados “impérios asiáticos”, dando aos primeiros vantagem na concorrência interestatal no sistema mundial.

Esse sistema mundial só teria surgido quando da emergência dos *Estados-economias nacionais* europeus ao longo do século XVI, essas “‘máquinas de acumulação de poder e riqueza’, dotadas de uma ‘compulsão expansiva’”¹⁵⁹. O que teria ocorrido após isso seria uma diminuição do número dessas unidades políticas, mas a manutenção da guerra como elemento essencial do equilíbrio de poder. Fiori afirma que

Com a diferença de que, no novo sistema de competição, as unidades envolvidas eram Estados e economias, articulados num mesmo bloco nacional e com as mesmas ambições expansivas e imperialistas com relação aos demais ‘Estados-economias nacionais’ do sistema. O objetivo da conquista não era mais, necessariamente, a destruição ou ocupação territorial de outro Estado, poderia ser apenas a sua submissão econômica. Mas a conquista

¹⁵⁸ Ibid., p. 18.

¹⁵⁹ Ibid., p. 27.

e a monopolização de novas posições de poder político e econômico seguiram sendo a mola propulsora do novo sistema. E foi dentro dessas unidades territoriais expansivas que se forjou o ‘regime de produção capitalista’, o qual se internacionalizou de mãos dadas com os seus ‘Estados-impérios’ globais.¹⁶⁰

Além disso, propõe que:

Sendo assim, do nosso ponto de vista, o que estabiliza – sempre de forma transitória – a ordem hierárquica do sistema mundial não é a existência de um líder ou hegemon, é a existência de um conflito central e latente de uma guerra potencial entre as grandes potências. Basta ler a história do ‘sistema mundial moderno’ para ver-se que sempre existiu um conflito central, uma guerra em potencial, que atuou como eixo ordenador de todo sistema. Uma espécie de ponto de referência para o cálculo estratégico de todos os demais Estados e que atua, ao mesmo tempo, como um freio ao arbítrio unilateral dos mais poderosos.¹⁶¹

O quanto disso tudo já não estava pressuposto na teoria marxista do imperialismo? Seu potencial explicativo é claramente diminuído por Fiori quando se refere às obras de Lenin e Bukharin, as quais “se restringem ao estudo do imperialismo na segunda metade do século XIX”. Pode-se dizer que as “ambições expansivas e imperialistas”, resultando na “submissão econômica” dos Estados menos poderosos e os mecanismos como isso ocorre, seja através da exportação de capitais e/ou do militarismo propriamente dito, já estava exposto nas teorias tanto de Rosa Luxemburgo quanto de Lenin, como mostram os trechos já discutidos no capítulo anterior. Lenin, por exemplo, afirma que:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e sua correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas *transitórias* de dependência estatal. Para esta época, são típicos não só os dois

¹⁶⁰ Ibid., p. 28.

¹⁶¹ Ibid., p. 31 – 32.

grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática.¹⁶²

Além disso, a presença de um “conflito central e latente” de uma “guerra potencial” entre os Estados-economias nacionais mais poderosos já estava dada quando Lenin evidenciava a centralidade do conflito interimperialista.

As alianças pacíficas preparam as guerras e, por sua vez, surgem das guerras; uma condicionando a outra, engendrando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre *uma única e mesma* base de vínculos e relações imperialistas entre a economia e a política mundiais.¹⁶³

¹⁶² LENIN, *ibid.*, p. 119.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 161.

CAPÍTULO 4. O IMPERIALISMO VELHO DE GUERRA: NOVAS

FRENTES

A “endogenização do militarismo” como aspecto essencial para a reprodução social do capital, como proposto por Eduardo Mariutti¹⁶⁴, e cotejada posteriormente por Thiago Franco, sinalizada na obra de Rosa Luxemburgo deve ser pensada aqui necessariamente em seu conteúdo técnico. O conteúdo técnico militar no espaço não

¹⁶⁴ FRANCO, *ibid.*, p. 420, afirma que “[e]ste ponto é bastante enfatizado por Mariutti, que vem estudando a questão para a sua livre-docência. Na versão mais recente do seu argumento, aponta que ‘A maioria das críticas à interpretação do imperialismo proposta por Rosa Luxemburgo não levam em conta o modo como esta questão se liga ao núcleo central que articula e *singulariza* o seu pensamento: o esforço de pensar o Modo de Produção Capitalista como uma forma peculiar de reorganizar violentamente o *conjunto da vida social* pautado pela acumulação incessante de capitais. Definido desta forma, longe de ser o portador do progresso ou da civilização, o capital tem um ímpeto intrinsecamente expansionista, em um duplo sentido. O mais evidente fica patente na sua rápida e vigorosa capacidade de se alastrar geograficamente por todo o globo terrestre. Mas o segundo sentido é mais importante e, na realidade, conduz o primeiro: a *acumulação* capitalista está fadada a *colonizar* e ajustar à sua lógica *todas* as dimensões da vida social. É nesta acepção peculiar que o capitalismo se impõe progressiva e contraditoriamente como uma *forma universal*, que dissolve e se alimenta das relações sociais estranhas a ele. E, depois que a concorrência dos capitais se desloca para o plano mundial, o imperialismo capitalista se converte no principal instrumento de expansão e *valorização do capital* (p. 1)’. Ainda no mesmo texto, defende que ‘ela tentou levar às últimas consequências a ideia de que o capital é uma relação *social de exploração* do trabalho e da natureza que *não encontra limites* além do seu próprio movimento de expansão’ (p. 6), ao que concluiu que ‘exatamente por querer incorporar o conjunto da vida social e da natureza, o capital é forçado a *destruir* todas as formas de vida que ofereçam resistência à mercadorização. É neste sentido preciso que ele é uma *forma universal*, fundada intrinsecamente na violência de cunho totalitário. Este é, a meu ver, um ponto de entrada privilegiado na reflexão proposta por Rosa Luxemburgo, pois possibilita dar coerência e alguma unidade ao seu pensamento, especialmente no que diz respeito à sua interpretação sobre o imperialismo, tema central desta reflexão (P. 7)’. Assim, ‘uma das grandes peculiaridades do pensamento de Rosa Luxemburgo é o estabelecimento de um vínculo *indissolúvel* entre o militarismo e a acumulação capitalista, que se manifesta desde a formação do capitalismo até o período em que ela vivia. O papel do militarismo, embora tenha variado bastante, foi sempre um recurso do capital para apoiá-lo em sua luta incessante contra a economia natural e a todas as formas sociais estranhas a ele, ampliando pela violência o estoque de fatores de produção e força de trabalho ao seu dispor. Mas, a despeito desta continuidade, Rosa Luxemburgo distingue o imperialismo das formas anteriores de militarismo. E esta distinção – embora sem usar o termo imperialismo – já transparece em *Reforma ou Revolução?*, escrito originalmente em 1989, mas publicado em 1900 (p. 7)’. Portanto, segundo Mariutti, a chave para a interpretação de Luxemburgo está na ‘noção de que o militarismo – ao ser absorvido e efetivamente integrado ao movimento do capital – adquire uma força motriz própria. É exatamente esta última ideia – o traço novo do imperialismo (‘fenômeno completamente desconhecido a algumas décadas’) que será aprofundado e reformulado em *A Acumulação de Capital*. Não resta dúvida que é nesta obra que Rosa explicita com mais radicalidade o caráter ubíquo da força militar nas diversas fases da acumulação e, especialmente, o papel crescente da violência como suporte e veículo das formas capitalistas de sociabilidade. Mas é neste livro que ela marca com mais clareza a transformação da dinâmica e do papel do militarismo na fase imperialista da acumulação de capital. Para tanto, ela deu um passo importante: a ‘endogenização’ do militarismo é vista como uma decorrência da articulação entre a centralização de capitais e a transformação do Estado como suporte da acumulação de capital que, a partir de então, só pode se realizar no plano mundial. (p. 8)’ Textos para Discussão 250. Militarismo e imperialismo no pensamento de Rosa Luxemburgo: uma síntese; Eduardo Barros Mariutti (Janeiro 2015).

deve ser pensado tal qual uma série de técnicas (um sistema de objetos?) implantada no espaço, porém como constitutivo do próprio espaço geográfico, dado ser um objeto implantado não apenas com uma intencionalidade específica, mas que contém uma intencionalidade intrínseca ao seu funcionamento, a qual será dirigida de forma diferente dado o contexto geográfico que a abrigou¹⁶⁵. Logo, a militarização constitutiva do capitalismo na *fase* imperialismo deve ser observada na Geografia mediante um espaço geográfico em que se impõe a militarização como aspecto constitutivo e como pressuposto para acomodar com mais facilidade a racionalidade da lei do valor que se impõe automaticamente para o funcionamento do capitalismo, essa “máquina de guerra de uma mais-valia universal de impossível medida, e nem por isso menos eficaz”, como afirma Milton Santos¹⁶⁶.

Talvez pensar o imperialismo dessa forma seja uma maneira de fazer frente aos pressupostos de Fiori¹⁶⁷ para a necessidade dos Estados disputarem politicamente (o que tem como pressuposto o “militarmente”) entre si de acordo com os interesses dos seus respectivos capitalistas. O autor utiliza de uma naturalização da busca humana de poder, como se somasse ela a propensão smithiana para a troca, para justificar, em última instância, a busca por mais e mais poder político por parte de um Estado. A partir do momento que explicamos essa *fase* do capitalismo que estamos estudando como um *momento* em que o militarismo, o qual resulta numa “acumulação de poder” mediante a coerção militar, se torna endógena à forma como o sistema funciona, não se torna necessário buscar uma essencialização da busca por “acumular poder”.

¹⁶⁵ SANTOS, *ibid.*, p. 331 – 339.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 333.

¹⁶⁷ FIORI, *ibid.*, 2007.

4.1. A Guerra às Drogas e a Guerra ao Terror

Ao longo dos anos após a 2ª Grande Guerra (1939 – 1945), concomitantemente ao soergimento do poder do complexo industrial-militar norte-americano se daria, estranhamente, o sepultamento do imperialismo capitalista, segundo a sobredita análise de David Harvey, a qual criticamos já que tomamos aqui o militarismo como aspecto intrínseco ao imperialismo capitalista. Algumas das expressões mais bem acabadas – e sinistras – do poder desse complexo e da sua instrumentalização pela política externa norte-americana foram as intervenções militares americanas, depois denominadas guerras, na Coreia (1950 – 1953), a qual teria custado a vida de 4 milhões de coreanos¹⁶⁸ e no Vietnã (1955 – 1975).

Logo após essas operações militares, sem contar outras diversas, iniciam-se duas novas formas de confronto que o Exército dos Estados Unidos passa a enfrentar dadas as escolhas da política externa do sobredito país. São duas novas frentes de guerra que não necessariamente respeitam as fronteiras dos Estados, pois estão destinadas a perseguir inimigos que não o fazem. Em ambos os casos, a militarização se alastrou por sobre diferentes grupos de Estados.

A partir dos anos 80, foi se consolidando um discurso, logo resolvido em prática, de necessidade de estabelecer uma guerra às drogas na escala mundial, tendo como núcleo duro o ataque aos focos de produção e industrialização de narcóticos nos países andino-amazônicos. O ápice desse processo se deu no chamado Plano Colômbia, lançado em 1999, e aprovado no Congresso dos Estados Unidos da América de oferta de um conjunto de financiamentos para o governo colombiano na busca de que este atacasse os focos de produção e beneficiamento dos narcóticos. Logo, os financiamentos

¹⁶⁸ VISENTINI, P.G.F. PEREIRA, A.D. MELCHIONNA, H.H. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche.** – 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015.

redundaram em uma potencialização da compra de equipamentos bélicos de empresas norte-americanas. Com isso, a ferocidade do ataque na Colômbia levou os produtores e beneficiadores dos narcóticos a deslocarem suas atividades para as zonas de fronteira dos países vizinhos, regionalizando o conflito e a instabilidade militar para além das fronteiras da Colômbia. Além disto, a militarização no contexto colombiano também serviu como prerrogativa para o Estado da Colômbia atacar elementos “subversivos” como grupos guerrilheiros tal qual as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Outra guerra sem fronteiras – e, de certo modo, “sem fim” - é a chamada “Guerra ao Terror” seguindo o rastro de um chamado fundamentalismo islâmico o qual se alastra passando pela província chinesa de Xinjiang, cortando depois o norte do Paquistão, desembocando no Afeganistão, irradiando-se por todas as direções no Oriente Médio, atingindo o Maghreb e desaguando na Nigéria do Boko Haram. Essa guerra sem fronteiras tem se dado cada vez mais num espaço geográfico específico: o das grandes cidades do chamado “Terceiro Mundo”, de modo que a militarização do espaço tem se dado em feições territoriais específicas.

4.2. *Urbicídio: o novo urbanismo militar e a militarização do espaço*

“O espaço é hoje um sistema e objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”. A partir do momento em que o conteúdo técnico do território está voltado ao estrito controle da mobilidade – uma mobilidade intrínseca ao capitalismo na atual fase – e na latência do estouro de insurgências, chega-se a um ponto em que os fins atingem o mais alto grau de estranhamento em relação ao

lugar e aos seus habitantes, dado que significam o espectro da pura e simples violência. Esse fantasma – as ações imbuídas de coerção vindas de alhures – que movimentam as técnicas bélicas não necessariamente atingem a eficácia buscada quando da sua implantação, dado que “se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”.

Esse processo está nítido quando a os teóricos da chamada *Revolution in Military Affairs* (RMA)¹⁶⁹ tem que ser ressignificada por conta de sua aplicação homogênea por sobre os espaços heterogêneos do tecido urbano das cidades dos países periféricos. A RMA pode ser caracterizada por:

“[...] novas tecnologias de monitoramento, comunicação e direcionamento ‘secreto’ de alvo ou ‘de precisão’ por meio de ‘armas inteligentes’ podem ser aproveitadas para sustentar uma forma mundial de onipotência militar estado-unidense baseada na guerra ‘centralizada por rede’”.¹⁷⁰

Entretanto, como afirma Milton Santos, as “[...] formas geográficas aparecem como uma condição da ação, meios de existência – e o agir humano deve, em certo momento, levar em conta esses meios de existência”. Isso permite levar em conta o desastre da aplicação dessas estratégias pelo Exército Americano na intervenção na capital da Somália, Mogadíscio, em 1993, “quando as milícias faveladas infligiram baixas de 60% ao corpo de elite dos *rangers* do Exército”¹⁷¹ utilizando do seu conhecimento do terreno urbano das favelas e das próprias características do território urbano. Isso mostra como são, de um lado, “os sistemas de objetos [que] condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos

¹⁶⁹ DAVIS, M. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. – São Paulo: Boitempo, 2006, p. 202. “[...] comandantes e teóricos do militarismo estadunidense geraram um enorme debate desde o começo dos anos 1990 sobre uma suposta revolução em assuntos militares (que recebeu o acrônimo RMA[...]).”

¹⁷⁰ GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. [2006] Tradução de Alyne Azuma. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016, p. 81. “Em outras palavras, a guerra deveria ser um processo de assassinato de alta tecnologia a distância movido a capital intensivo”.

¹⁷¹ DAVIS, M, *ibid.*

novos ou se realiza sobre objetos preexistentes.”¹⁷². Essa seria a caracterização da dinâmica e transformação do espaço por Milton Santos.

Porém, após tal desastre, qual seria o novo “sistema de ações” para fazer frente à derrota do Exército Americano e criar “objetos novos”? Afinal

“[...] o discurso da RMA tem sido, marcadamente, não geográfico. Poucos registros foram feitos das especificidades dos espaços e dos terrenos geográficos habitados por adversários dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria, ou das mudanças acarretadas pela urbanização.”¹⁷³

A resposta veio através da MOUT (*Military Operations on Urbanized Terrain*)¹⁷⁴ na busca de iniciar “programas expressos para dominar a luta nas ruas sob condições realistas de favela”¹⁷⁵, já que “a urbanização da pobreza mundial produziu ‘a urbanização da revolta’” e a *megafavela* “tornou-se o elo mais fraco da nova ordem mundial”¹⁷⁶.

É nesse contexto que a militarização e securitização do cotidiano da vida se incrusta no território, principalmente das grandes cidades dos países periféricos, dando a luz ao chamado novo urbanismo militar. Stephen Graham levanta 5 características introdutórias principais sobre ele¹⁷⁷.

A primeira seria a urbanização da segurança, apoiada em uma ideia central: “técnicas militarizadas de rastreamento e triagem precisam colonizar permanentemente a paisagem urbana e os espaços da vida cotidiana” tanto no centro quanto na periferia “neocolonial” capitalista. Essa militarização estaria voltada ao controle e repressão de

¹⁷² A Natureza do Espaço, p. 63 – 75.

¹⁷³ GRAHAM, *ibid.*, p. 225.

¹⁷⁴ Dentre os principais formuladores tanto da RMA quanto da MOUT (a qual pode ser traduzida como Operações Militares em Terreno Urbano) estão os “estrategistas e os planejadores táticos da Academia da Força Aérea norte-americana, da Rand Arroyo Center do Exército dos Estados Unidos e do Laboratório de Guerra em Quantico, na Virgínia, do corpo de fuzileiros navais norte-americanos”. DAVIS, *ibid.*

¹⁷⁵ DAVIS, *ibid.*

¹⁷⁶ DAVIS, *ibid.*, p. 203.

¹⁷⁷ GRAHAM, *ibid.*, p. 27.

“insurgentes”, notadamente nas grandes cidade periféricas do globo, os quais estariam munidos de estratégias de utilização das “artérias que conectam as cidades modernas”. Essas últimas seriam: “a Internet, o YouTube, a tecnologia de GPS, os celulares, as viagens de avião, o turismo global, a imigração internacional, os sistemas portuários, as finanças globais e até os serviços de correio e as redes elétricas”. Podemos relembrar que esses fenômenos só se dão dado alto grau de integração entre o que Milton chamava de sistemas técnicos, formando um macrossistema técnico na escala global, e que esses sistemas envolvem não apenas o território em si, incluindo aí os objetos, mas também o seu uso e as normas que o regem.

Deste modo, Stephen afirma que “a geografia localizada das cidades e os sistemas que as entrelaçam começam a dominar as discussões em torno da guerra, da geopolítica e da segurança”, tornando o “espaço da cidade” o principal campo de batalha tanto em território nacional quanto no exterior. Isso resulta numa opacidade cada vez maior da distinção entre o policiamento, a inteligência e o militarismo¹⁷⁸, além de uma redefinição do entendimento de um elemento central na geografia política clássica, seja em Ratzel ou Vallaux: a questão das fronteiras. Isso sucede pois a militarização e a securitização da vida urbana “ameaçam estabelecer práticas de fronteira *dentro* dos espaços dos Estados-nação – desafiando a definição do ‘interior’ e do ‘exterior’ geográfico e social das comunidades políticas”¹⁷⁹.

Deste modo, se, como afirma Paulo Arantes¹⁸⁰, a noção de fronteira provém do *front* onde se estacionou uma guerra ou um conflito quando do seu término – ou intervalo –, podemos sim estender a noção de fronteira para a “erupção de pontos de

¹⁷⁸ Ibid., p. 28.

¹⁷⁹ Ibid., p. 29.

¹⁸⁰ ARANTES, P.E. **Cavalaria Global**, 2007, p. 100. In: ARANTES, P.E. **Extinção**. – São Paulo: Boitempo, 2007, p. 100.

fronteira dentro dos limites territoriais das nações, em aeroportos, portos de carga, terminais de internet e estações ferroviárias de trens expressos”¹⁸¹.

A segunda característica do novo urbanismo militar é que há uma *sinergia* “entre operações de segurança nacional e internacional”. Logo, as tecnologias utilizados para controle, monitoramento e coerção aperfeiçoados em Gaza pelos israelenses e em Bagdá pelo exército americano seriam aplicados nas “cidades dos centros capitalistas do Norte” com os mesmos objetivos de *pacificação*¹⁸². Esse processo de retroalimentação fortifica ainda mais os novos *front* de batalhas urbano:

Barreiras feitas de módulos de concreto, postos de controle de identidade, circuito interno de TV, fiscalização biométrica e formas militares de controle de acesso protegem arquipélagos de centros sociais, econômicos, políticos ou militares fortificados de um exterior considerado indomável, empobrecido ou perigoso.¹⁸³

O terceiro ponto acerca do novo urbanismo militar, seria a sua *economia política*. Stephen Graham¹⁸⁴ afirma que colonização do planejamento e das práticas no urbano pela militarização incluiria um amálgama intrincado de corporações multinacionais muito além dos setores especificamente militares ou de segurança para “abrançar as indústrias de tecnologia, da vigilância e do entretenimento”¹⁸⁵. O autor destaca a centralidade da finança mundial nesse processo mediante os centros financeiros onde estão sediados nas principais *cidades globais*:

“[e]les abrigam a sede de corporações militares, de segurança e de tecnologia globais, fornecem locais para as maiores universidades corporativas do mundo – que dominam a

¹⁸¹ GRAHAM, *ibid.*, p. 29.

¹⁸² *Ibid.*, p. 30.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 36.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 37.

¹⁸⁵ Além disso, atuam também “um leque amplo de consultores, laboratórios de pesquisa e universidades corporativas que vendem soluções de segurança como balas de prata para solucionar problemas sociais completos; e uma complexa massa de pensadores militares e de segurança que hoje argumentam que a guerra e a violência política se concentram esmagadoramente nos espaços e circuitos cotidianos da vida urbana”. *Ibid.*

pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de segurança – e amparam a rede global de instituições financeiras que com tanta frequência trabalham para apagar ou se apropriar de cidades e recursos em regiões colonizadas em nome da economia liberal e do ‘livre comércio’¹⁸⁶

O quarto atributo essencial da utilização da cidade como “campo de batalha” seria a possibilidade de violentar a própria infraestrutura da “cidade moderna”, em “sua dependência de complexas redes de infraestrutura, sua densidade e anonimato, sua dependência de água e alimentos e energia importados”¹⁸⁷, resultando no chamado *terrorismo infraestrutural*, seja por atores estatais ou não-estatais. O ataque aos sistemas de saúde, abastecimento de água, eletricidade e ao fornecimento de medicamentos e de alimentos seriam os componentes básicos dessa sinistra estratégia.

Em quinto e último lugar estaria a realização da legitimidade reivindicada pelas estratégias do novo urbanismo militar mediante a utilização da “cultura popular, urbana eletrônica e material”. A intrínseca semelhança e entrecruzamento entre as imagens de videogames e as realidades dos terrenos onde atua o Exército americano no mundo é uma evidência desse processo.

Deste modo, a verticalidade da ação global imposta pela intervenção militar em certos pontos do mundo choca-se com a “lógica interna própria” dos lugares periféricos urbanos do Sul global, tornando ineficazes o sistema técnico nascido da RMA, e obrigando o Exército Americano a reavaliar suas estratégias de acordo com o “cotidiano da contiguidade”¹⁸⁸ de cada lugar. Deste modo, é possível evidenciar o quanto as ações hegemônicas, dependentes de decisões tomadas longe do seu local de aplicação, chocam sobre planos heterogêneos¹⁸⁹, que são os diferentes lugares.

¹⁸⁶ Ibid., p. 38.

¹⁸⁷ Ibid., p. 39.

¹⁸⁸ SANTOS, *ibid.*, p. 334.

¹⁸⁹ Ibid., p. 296.

4.3. A recolonização do mundo: guerra dos lugares

Assim, as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha plástica reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração.

Mike Davis, Planeta Favela¹⁹⁰

Para além do *front* urbano de militarização do espaço, mas imiscuído nele, outra fronteira segue o rastro do controle e *pacificação* da contrainsurgência global difundida ao longo das periferias do Sul global: a transmutação da moradia das favelas da periferia do capitalismo em ativo financeiro, fazendo com que “o microfinanciamento mar[que] a expansão do capital na direção da sua última fronteira urbana”¹⁹¹. Encontramos aqui um exemplo da expansão da lógica e das relações de produção capitalistas impostas por instituições supranacionais ligadas umbilicalmente aos principais Estados capitalistas e que se dá mediante os instrumentos do sistema financeiro.

Segundo Raquel Rolnik, os planos de ajuste estrutural impostos aos países periféricos nos anos 80 e 90 do século XX pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional envolveram uma série de obrigações e contrapartidas por parte dos Estados profundamente endividados para a facilitar “a ação dos mercados de habitação” em detrimento da construção de moradias por parte do Estado”.

¹⁹⁰ DAVIS, *ibid.*, p. 29.

¹⁹¹ ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015, p. 140.

A autora afirma que o Banco Mundial solicitava que os Estados aplicassem sete medidas para isso. Três seriam direcionados para incentivar a demanda: a) o “direito de propriedade”, por “meio de sistemas de registro de terras e propriedade e de regularização da posse insegura”; b) “o desenvolvimento de um sistema financeiro de habitação por meio da criação de instituições de crédito hipotecário saudáveis e competitivas” e que ampliasse o acesso de produtos financeiros para os pobres; c) a “racionalização dos subsídios”, para que não distorcessem “os mercados residenciais”. Tudo isso como se a “distribuição de títulos de propriedade” fosse uma “alavanca de Arquimedes para erguer o destino da grande massa de moradores urbanos pobres”¹⁹²

Para a ampliação da oferta seriam estipulados:

“[...] disponibilizar infraestrutura para urbanização; reformar os sistemas de regulação urbanística e edilícia de forma a equilibrar os custos e benefícios das normas que impactam os mercados de solo e residenciais, removendo leis que dificultam a oferta de moradia desnecessariamente; organizar a indústria da construção civil a fim de fomentar a competição e remover obstáculos e barreiras comerciais para os insumos”¹⁹³

Milton Santos afirma que “[o]s lugares também se distinguem em razão dos tipos de dinheiro suscetíveis de nele conviver. [...] que é o fundamento de uma verdadeira hierarquia financeira entre lugares”¹⁹⁴. A financeirização da moradia, logo, como descrita por Raquel Rolnik, se dá mediante esse processo de formatação do lugar – a “urbanização de favelas” é um exemplo – para permitir maior possibilidade de rentabilidade para o capital que está para ali ser investido, e de sua modificação na hierarquia de que fala Milton. Deste modo, a racionalização dos diferentes aspectos da vida social, que teria sido impulsionada pelo Século das Luzes e pela Revolução

¹⁹² DAVIS, *ibid.*, p. 89.

¹⁹³ ROLNIK, *Ibid.*, p. 82.

¹⁹⁴ SANTOS, *Ibid.*, p. 134.

Industrial atingiria finalmente “um novo patamar, com o que podemos chamar de racionalização do espaço geográfico”, como afirma o mesmo autor.

O entricheiramento do capital nessa última fronteira se dá numa época de generalizada expansão das favelas na escala global, pois, segundo Mike Davis “a urbanização do Terceiro Mundo continuou em seu passo acelerado” durante os anos 1980 e 1990, “apesar da queda do salário real, da alta dos preços e da disparada do desemprego urbano”¹⁹⁵. Um exemplo da precariedade da vida dessa população é o de Daca, capital de Bangladesh, em que “70% da população concentram-se em apenas 20% da área urbana”¹⁹⁶. Ao mesmo tempo, também Mike Davis denuncia ação do Banco Mundial a partir dos anos 70 juntos aos Estados para financiar projetos de “urbanização de favelas” por todo o Terceiro Mundo. O que apenas resultou em sua maior influência na formulação das políticas urbanas de seu interesse nesses países:

“É claro que em termos de necessidade isso não passou de uma gota num balde d’água, mas deu ao Banco enorme influência nas políticas urbanas nacionais, além de uma relação de patrocínio direto com as ONGs e comunidades faveladas locais; também permitiu ao Banco impor as suas próprias teorias como ortodoxia mundial da política urbana”¹⁹⁷.

Mike Davis afirma também que “[a] concessão de títulos de propriedade, em outras palavras, acelera a diferenciação social na favela”¹⁹⁸ e também solapa a “solidariedade interna”¹⁹⁹ ali existente, criando “favela dentro de favela”²⁰⁰. Rompe-se, assim, a ordem local de que fala Milton, contraposta à ordem global que se impõe,

¹⁹⁵ DAVIS, *ibid.*, p. 24.

¹⁹⁶ DAVIS, *ibid.*, p. 103.

¹⁹⁷ DAVIS, *ibid.*, p. 79.

¹⁹⁸ DAVIS, *ibid.*, p. 88.

¹⁹⁹ DAVIS, *ibid.*, p. 89.

²⁰⁰ *Ibid.*

tendo a primeira como seus parâmetros “a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade”²⁰¹

4.4. A militarização do ciberespaço

Quando nos comunicamos por internet ou telefonia celular, que agora está imbuída na internet, nossas comunicações são interceptadas por organizações militares de inteligência. É como ter um tanque de guerra dentro do quarto. [...] Nesse sentido, a internet, que deveria ser um espaço civil, se transformou em um espaço militarizado. [...] Então, na prática, nossa vida privada entrou em uma zona militarizada. É como ter um soldado embaixo da cama.

*Julian Assange*²⁰²

A eficácia da (re) ordenação do território tentada pelos agentes hegemônicos, como, por exemplo, o Exército Americano nas grandes cidades dos Estados por ele invadidos, irá depender tanto do “nível técnico dos equipamentos” quanto da oferta de informações que tem sobre o lugar, como afirma Milton Santos²⁰³. Essa necessidade justifica a busca de vigilância e monitoramento constante do fluxo de informações também via Internet.

Julian Assange, conhecido mundialmente a partir do caso Wikileaks, alerta que, assim como quem controla um oleoduto ou gasoduto tem mais poder na geopolítica mundial “[a] mesma coisa acontece com os cabos de fibra óptica”, já que “[a] próxima

²⁰¹ SANTOS, *ibid.*, p. 339.

²⁰² ASSANGE, J. et al. **Cypherpunks : liberdade e o futuro da internet**. Tradução Cristina Yamagami. – São Paulo : Boitempo, 2013, p. 20.

²⁰³ SANTOS, *ibid.*, p. 297.

grande alavanca no jogo geopolítico serão os dados resultantes da vigilância: a vida privada de milhões de inocentes”.²⁰⁴

Nesse processo de incremento exponencial da vigilância, Julian Assange alerta que a “próxima grande corrida armamentista” está já se dando, tendo como exemplo o uso dos vírus Stuxnet, Duqu e Flame pelo governo dos Estados Unidos, numa “nova era de softwares extremamente complexos feitos por Estados poderosos que podem ser utilizados como armas para atacar Estados mais fracos”²⁰⁵, por exemplo:

“A infraestrutura da internet direciona a maior parte do tráfego que entre e sai da América do Sul por linhas de fibra óptica que cruzam fisicamente as fronteiras dos Estados Unidos. O governo norte-americano tem violado sem nenhum escrúpulo as próprias leis para mobilizar essas linhas e espionar seus cidadãos. E não há leis contra espionar cidadãos estrangeiros. Todos os dias, centenas de milhões de mensagens vindas de todo o continente latino-americano são devoradas por órgãos de espionagem norte-americanos e armazenados em depósitos do tamanho de cidades”.²⁰⁶

Deste modo, percebendo o quanto a rede mundial de computadores “é espaço de disputa política”²⁰⁷, Natália Viana desenvolve o argumento de Assange afirmando que o processo corrente se trata de uma *militarização do ciberespaço*, a qual poderia ser conceituada como “a vigilância das comunicações em rede por serviços e inteligência de diversos países”²⁰⁸, numa batalha de novas dimensões.

Se, anteriormente, discutíamos as novas fronteiras traçadas no território urbano das cidades dos países periféricos, outros limites são desenhados numa dimensão mais difícil de se representar cartograficamente, mas que estão sim delimitadas de acordo

²⁰⁴ ASSANGE et al., *ibid.*, p. 20.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 21.

²⁰⁶ *Ibid.*

²⁰⁷ VIANA, N. **Apresentação: O Wikileaks e as batalhas digitais de Julian Assange**, 2013, p. 9. In: ASSANGE, J. et al. *Cypherpunks : liberdade e o futuro da internet*. Tradução Cristina Yamagami. – São Paulo : Boitempo, 2013.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 10.

com o controle do sistema técnico que serve de base ao funcionamento da Internet por Estados específicos. As batalhas digitais seriam um novo *front*, uma nova fronteira para onde se direcionam os vetores da geografia política mundial.

CONCLUSÃO

A relação que tentamos esboçar neste trabalho entre o pensamento geográfico-político, o imperialismo clássico e o debate subsequente sobre ele, além do tema da militarização do espaço, deixa várias questões em aberto. O tema das fronteiras, por exemplo, foi sempre caro tanto à Geografia Política como à Geopolítica, e percebemos, ao longo da pesquisa, que o movimento histórico a ressignificou. A questão das fronteiras esteve presente desde a concepção ratzeliana do *espaço vital* à discussão de Stephen Graham sobre fronteiras internas nas grandes metrópoles do Sul global ou quando finalmente se falou sobre o novo *front* das batalhas digitais.

Como vimos, mesmo tendo defendido a validade das teorias do imperialismo clássico para a compreensão e explicação da atualidade, ainda há muito a investigar acerca das obras dos autores clássicos, notadamente de Rosa Luxemburgo. A ideia da necessidade do capitalismo de se expandir sobre regiões ou *esferas da vida* não-capitalistas ou pré-capitalistas, por exemplo, ainda suscita o debate e há muitos pontos a serem esclarecidos. Entretanto, ao longo deste trabalho nos colocamos ao lado dessa ideia de Rosa, não apenas da necessidade de expansão sobre tais áreas, mas também na de recolonização de áreas antes incorporadas de alguma forma à lógica do capital. Como afirma Raymond Williams²⁰⁹, sobre o modo de produção capitalista:

Desde que se tornou dominante, em uma área depois da outra, ele apresenta-se como incontrolavelmente perturbador e inquieto, atingindo estabilidades locais apenas para, quase imediatamente, afastar-se delas, deixando todo tipo de entulho social e técnico, rompendo continuidades e assentamentos humanos e movendo-se com uma confiança impetuosa em direção a seus empreendimentos sempre novos.

²⁰⁹ WILLIAMS, R. **Além do socialismo realmente existente**. In: **Cultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. – São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 352 – 353.

O “rompimento das continuidades” pela lógica do capital se dá na escala global. Concluiremos com um exemplo: **no** Quênia, na Nigéria e em Camarões, para citar poucos exemplos, durante os anos 1980 e 1990, a imposição de ajustes estruturais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial trouxeram “a privatização da terra e de outros recursos comunais, o empobrecimento massivo, o saque e o fomento de divisões de comunidades que antes estavam em coesão”²¹⁰. O processo levou, também, à “perda de posição social das mulheres”²¹¹, como afirma Silvia Federici, dado o seu papel na resistência das comunidades tradicionais à lógica do capital.

Estes ajustes estruturais, e suas consequências catastróficas, estão sincronizados e amalgamados com a “intensificação das lutas pelos recursos naturais, que, nos últimos anos, vem se agravando pela imposição da agenda neoliberal”, numa “disputa de vida ou morte por recursos cada vez mais escassos”²¹². O supracitado caso nigeriano é exemplar, **uma vez** que a Nigéria, já nos anos próximos a 2007, correspondia por oito a quatorze por cento do consumo norte-americano²¹³. Enquanto isso, os próprios Estados Unidos, longe dali, remodelam, por meio de suas intervenções militares, o chamado *Grande Oriente Médio*, o qual abrange “toda a vasta região entre o Marrocos e o Afeganistão”²¹⁴, parte interessada pelos abundantes recursos naturais.

Desse modo, parece interessante a sugestão de Paulo Arantes²¹⁵ para fechar, por ora, estes escritos: não teria se invertido o teorema do general prussiano Carl von Clausewitz, de que *a guerra é a política por outros meios*? Na era do imperialismo, não seria *a política uma continuação da guerra*?

²¹⁰FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: coletivo Sycorax. – São Paulo: Elefante, 2017, p. 417.

²¹¹ Ibid., p.416.

²¹² 416.

²¹³ ARANTES, ibidem, 2007, p. 111.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ ARANTES, idem, 2014, p. 86 – 87.

Por sua vez, essa dialética ilusória dos lugares urbanos securitizados versus lugares urbanos demoníacos gera um dueto sinistro e incessante: noite após noite, helicópteros armados perseguem como vespas inimigos enigmáticos nas ruas estreitas dos bairros favelados, despejando o fogo do inferno sobre barracos ou carros em fuga. Toda manhã, a favela responde com atentados suicidas e explosões eloquentes. Embora o império possa mobilizar tecnologias orwellianas de repressão, os seus forada-lei têm ao seu lado os deuses do caos.

*Mike Davis, Planeta Favela*²¹⁶

²¹⁶ DAVIS, *ibid.*, p. 205.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos.** Tradução de Georges Kormikiaris. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2015.

_____. **Linhagens do Estado Absolutista.** [1974] Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ARANTES, P.E. **Cavalaria Global.** In: ARANTES, P.E. **Extinção.** – São Paulo: Boitempo, 2007.

ARANTES, P.E. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência.** – 1.ed. – São Paulo : Boitempo, 2014.

ASSANGE, J. et al. **Cypherpunks : liberdade e o futuro da internet.** Tradução Cristina Yamagami. – São Paulo : Boitempo, 2013.

BRECHT, B. **Poemas: 1913 – 1956.** Seleção e tradução de Paulo César de Souza – São Paulo: Ed. 34, 2000.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder.** [1992] – 2 ed. 2 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DAVIS, M. **Planeta Favela.** Tradução de Beatriz Medina. – São Paulo: Boitempo, 2006,

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução: coletivo Sycorax. – São Paulo: Elefante, 2017.

FIORI, J. L. da C. **História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo.** 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2014.

FIORI, J. L. da C. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. – São Paulo : Boitempo Editorial, 2007.

FRANCO, T. F. **Sobre a Odisseia do Capital: comentários sobre a historiografia do Imperialismo Capitalista em nossos dias**. Tese de Doutorado. Campinas, SP, 2015.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. [2006] Tradução de Alyne Azuma. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004[2003]. 201 p. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves.

HIFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985[1910]. 348 p. (Os economistas). Tradução de Reinaldo Mestrinel; Tradução da introdução: Wanda Nogueira Caldeira Brant. Introdução de Tom Bottomore.

HOBBSBAWM, E. **A era das revoluções, 1789 – 1848**. [1977] – 33ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOBBSBAWM, E. **A era dos impérios, 1875 – 1914**. [1988] 19ª Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSON, J. A. **Imperialism: a study**. 3. ed. Frome; London: Butler & Tanner Ltd., 1968[1902]. 386 p.

KIERNAN, V. **Estados Unidos: o novo imperialismo**. [1978] Tradução de Ricardo Doninelli-Mendes. – Rio de Janeiro: Record, 2009.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. [1916] --- 1ªed. – São Paulo : Expressão Popular, 2012.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo**. [1913] 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 516p.

LUXEMBURG, R. **A questão nacional e a autonomia.** [1909] Tradução: Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1988.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** [1899] Tradução de Lívio Xavier. – 3.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LUXEMBURGO, R. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume II, 1914 – 1919.** Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. – São Paulo : Editora Unesp, 2011.

LOUREIRO, I. M. **A Revolução Alemã (1918 – 1923).** São Paulo : Editora UNESP, 2005.

MACKINDER, H.J. **The Geographical Pivot of History.** *The Geographical Journal*, N. 4, VOL. XXIII, April, 1904.

MAGNOLI, D. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912).** – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

MORAES, A.C.R. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.** – São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica.** [1981] – 21ªed. – São Paulo : Annablume, 2007.

MORAES, A.C.R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** – São Paulo: Annablume, 2005.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio.** [2013] – 3ª ed. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2017

- PEREIRA, R.F.A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna.** [1999] 4.ed.rev. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- RATZEL, F.; MORAES, A. C. R.; FERNANDES, F. **Ratzel: geografia.** São Paulo: Ática, 1990. 199p
- ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** [1996] – 4. ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** [1978] – 6. Ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia.** Petrópolis : Editora Vozes, 1976.
- VIANA, N. **Apresentação: O Wikileaks e as batalhas digitais de Julian Assange,** 2013, p. 9. In: ASSANGE, J. et al. **Cypherpunks : liberdade e o futuro da internet.** Tradução Cristina Yamagami. – São Paulo : Boitempo, 2013.
- WILLIAMS, R. **Além do socialismo realmente existente.** In: **Cultura e Materialismo.** Tradução de André Glaser. – São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 352 – 353.
- WOOD, E. M. **A origem do capitalismo.** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- WOOD, E. M. **O império do capital.** [2003] Tradução: Paulo Cezar Castanheira. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

